



A Sociedade em Rede em Portugal 2010

*O Serviço Público
de Televisão em Portugal*

Setembro de 2011

Índice

Nota introdutória.....	3
Contributos para uma discussão sobre o serviço público de televisão em Portugal e na Europa.....	5
Análise de Indicadores	10
Os conteúdos do serviço público de televisão em Portugal - Prioridades e preferências	10
Serviço público de televisão e conteúdos - Concordância com afirmações.....	22
Serviço público e democracia - Concordância com afirmações.....	31
Sumário executivo	41
Metodologia.....	46
Ficha técnica	47

Índice de figuras

Figura 1: Caracterização da amostra por tipo de acesso de televisão que tem em casa (2010).....	10
Figura 2: Caracterização da amostra por tipo de operador de televisão que subscreve (2010)	11
Figura 3: Conteúdos - Prioridades programáticas do serviço público de televisão e preferências dos inquiridos em Portugal (2010)	12
Figura 4: Prioridades programáticas do serviço público de televisão por género em Portugal (2010)	13
Figura 5: Preferências dos inquiridos relativamente aos conteúdos televisivos em Portugal (2010) por género.....	15
Figura 6: Prioridades programáticas do serviço público de televisão por escalão etário em Portugal (2010) (sete categorias mais prioritárias).....	16
Figura 7: Prioridades programáticas do serviço público de televisão por escalão etário em Portugal (2010) (sete categorias menos prioritárias).....	16
Figura 8: Preferências dos inquiridos relativamente aos conteúdos televisivos em Portugal (2010) por escalão etário (sete categorias mais prioritárias).....	18
Figura 9: Preferências dos inquiridos relativamente aos conteúdos televisivos em Portugal (2010) por escalão etário (sete categorias menos prioritárias)	18
Figura 10: Prioridades programáticas do serviço público de televisão por grau de escolaridade em Portugal (2010) (sete categorias mais prioritárias)	19
Figura 11: Prioridades programáticas do serviço público de televisão por grau de escolaridade em Portugal (2010) (sete categorias menos prioritárias)	20
Figura 12: Preferências dos inquiridos relativamente aos conteúdos televisivos em Portugal (2010) por grau de escolaridade (sete categorias mais prioritárias)	21
Figura 13: Preferências dos inquiridos relativamente aos conteúdos televisivos em Portugal (2010) por grau de escolaridade (sete categorias menos prioritárias)	21
Figura 14: Percepções sobre serviço público de televisão e conteúdos em Portugal (2010)	22
Figura 15: Percepções sobre serviço público de televisão e conteúdos em Portugal (2010) entre os que concordam com as afirmações, por género	24
Figura 16: Percepções sobre serviço público de televisão e conteúdos em Portugal (2010) entre os que não concordam com as afirmações, por género	25
Figura 17: Percepções sobre serviço público de televisão e conteúdos em Portugal (2010) entre os que concordam com as afirmações, por escalão etário.....	27
Figura 18: Percepções sobre serviço público de televisão e conteúdos em Portugal (2010) entre os que não concordam com as afirmações, por escalão etário.....	28
Figura 19: Percepções sobre serviço público de televisão e conteúdo em Portugal (2010) entre os que concordam com as afirmações, por grau de escolaridade	29
Figura 20: Percepções sobre serviço público de televisão e conteúdos em Portugal (2010) entre os que não concordam com as afirmações, por grau de escolaridade	30
Figura 21: Percepções sobre serviço público de televisão e democracia em Portugal (2010)	32
Figura 22: Percepções sobre serviço público de televisão e democracia em Portugal (2010) entre os que concordam com as afirmações, por género	33
Figura 23: Percepções sobre serviço público de televisão e democracia em Portugal (2010) entre os que não concordam com as afirmações, por género	34
Figura 24: Percepções sobre serviço público de televisão e democracia em Portugal (2010) entre os que concordam com as afirmações, por escalão etário.....	35
Figura 25: Percepções sobre serviço público de televisão e democracia em Portugal (2010) entre os que não concordam com as afirmações, por escalão etário.....	37
Figura 26: Percepções sobre serviço público de televisão e democracia em Portugal (2010) entre os que concordam com as afirmações, por grau de escolaridade	38
Figura 27: Percepções sobre serviço público de televisão e democracia em Portugal (2010) entre os que não concordam com as afirmações, por grau de escolaridade	39
Figura 28: Síntese dos conteúdos prioritários para um serviço público de televisão segundo os portugueses (2010)	43
Figura 29: Percepções sobre serviço público de televisão e democracia em Portugal (2010)	44

Nota introdutória

“O público radiotelevisivo representa a procura de rádio e televisão: escutam-lo para compreender as exigências e para elaborar uma definição de serviço público e de desenho do sistema que utilize a dinâmica política como método, mas que não ignore as necessidades dos destinatários da comunicação”.

Bossi et al. (1999) *Dalla parte dello spettatore*,
Collana Servizio Pubblico, Roma: RAI-ERI.

O relatório *Sociedade em Rede 2010 - O serviço público de televisão em Portugal* fornece informação detalhada sobre as percepções dos portugueses sobre aquilo que é e o que deve ser, na sua opinião, o serviço público de televisão em Portugal. Este documento tem por base os dados recolhidos no âmbito do Inquérito a Sociedade em Rede 2010, elaborado pelo OberCom - Observatório da Comunicação a uma amostra representativa da população portuguesa (n=1255).

Se a televisão sempre foi, em geral, objecto de estudo no OberCom, a versão de 2010 do inquérito Sociedade em Rede introduziu novos grupos de questões, especialmente dedicados ao serviço público de televisão em Portugal. O objectivo dessas questões consiste na análise das percepções dos portugueses sobre o serviço público de televisão, em duas dimensões distintas:

- O que é o **serviço público em termos de conteúdos e programação** (o que devem ser as prioridades de uma televisão pública e como é que essas prioridades se relacionam com as preferências das pessoas)
- E o que é o **serviço público em termos de representação simbólica e patrimonial** da sociedade portuguesa.

Ainda que o relatório remeta para dados respeitantes ao ano de 2010, estando já calendarizado no conjunto de actividades do Observatório no ano de 2011, tornou-se particularmente relevante a sua divulgação no contexto da recente criação de um grupo de trabalho para o definir do conceito de serviço público de Comunicação Social, pelo actual Governo da República Portuguesa.

Os indicadores estatísticos foram analisados tendo em conta as determinações sócio-métricas da amostra base do inquérito - género, idade e grau de escolaridade.

Ainda que este relatório diga respeito, apenas, a variáveis relativas ao serviço público de televisão, algumas extrapolações poderão ser feitas, a nível de conteúdos e programas, para outras dimensões abrangidas pela actual discussão sobre o serviço público português, nomeadamente no que respeita ao valor da dimensão da informação noticiosa para o público nacional face à rádio e à agência de notícias pública.

Em termos de estrutura, o relatório *O serviço público de televisão em Portugal* encontra-se organizado da seguinte forma:

1. Uma primeira dimensão, intitulada “*Contributos para uma discussão sobre o serviço público de televisão em Portugal e na Europa*”, contextualiza o objecto numa série de vectores de discussão sobre o que é e deve ser o serviço público de televisão em Portugal e na Europa, com base na justificação da sóciometria e análise dos quadros de percepção das pessoas enquanto trabalho fundamental para estes processos de discussão.
2. Na segunda parte serão extensivamente analisados os indicadores que estiveram na base deste relatório (*Análise de indicadores*), começando com uma exploração das percepções relativas aos conteúdos dos canais públicos portugueses, em termos de prioridades e preferências. A análise prossegue com uma visão da relação entre o serviço público de televisão face aos conteúdos emitidos e aos canais privados (concordância com afirmações) e termina com uma exploração dos indicadores relativos à identidade simbólica do serviço público de televisão, na relação com conceitos como cidadania, democracia, diversidade cultural e língua portuguesa.
3. Numa terceira parte (*Sumário Executivo*) analisar-se-ão de forma concisa os resultados da análise aos indicadores sobre serviço público de televisão em Portugal, numa avaliação daquilo que, em termos de percepções, os inquiridos consideram que deve ser o serviço público de televisão e qual o seu papel e desempenho na sociedade portuguesa.

Contributos para uma discussão sobre o serviço público de televisão em Portugal e na Europa

A reflexão sobre o serviço público de televisão em Portugal e na Europa enquadra-se no âmbito de uma discussão mais vasta, que se relaciona com o actual e complexo contexto político, económico, social e comunicacional que caracteriza Portugal, em particular, e a Europa, em geral. A actualidade do debate reside na sensível ponderação daquilo que é e deve ser o serviço público de televisão numa época de sérios constrangimentos económicos, em que o peso dos factores económicos, políticos e sociais é uma relação particularmente difícil de equacionar no quadro dos constrangimentos que afectam todas permanentemente as dimensões da organização individual e social do quotidiano dos indivíduos.

A argumentação em torno da optimização do serviço público, em resposta às condicionantes anteriormente referidas é balizada, no contexto europeu, por dois grandes conjuntos simbólicos com grande peso na definição das percepções dos *stakeholders*. São eles a **audiometria**, por um lado, e o próprio discurso das **esferas decisoras**, por outro. O poder destas duas esferas é relativamente fácil de observar. Relativamente à audiometria, a relação entre estudos de audiência e preferência dos espectadores é directamente relacionado com os mecanismos, estruturais e programáticos, de que os media dispõem para desenvolver táticas de reestruturação que coincidam com quadros de rentabilidade positivos, ou seja, através da resposta às preferências dos espectadores, expressas naquilo que eles escolhem assistir. Do ponto de vista dos stakeholders, por serem esferas de decisão dotadas de poder simbólico e autoridade, são simultaneamente esferas de emanção de pontos de vista e argumentação relevante para a discussão.

Existe, no entanto, um terceiro grupo simbólico, extremamente relevante para a discussão do serviço público de televisão, e cuja importância tem sido pontualmente reconhecida em algumas situações, na Europa, como se verá abaixo. A **sóciometria**, como aliás é sugerida e esteve na base da formulação deste documento, é um mecanismo fulcral no reconhecimento da situação do serviço público, na medida em que é um complemento inegável dos estudos de audiência, na compreensão dos quadros de percepção dos indivíduos sobre o serviço público e nas suas representações subjectivas e objectivas e é, também, um fonte de conhecimento sobre os quadros de reflexão das pessoas que beneficia, em muito, a

acção das esferas decisoras. O potencial enriquecedor que este terceiro foco de conhecimento pode garantir para a discussão sobre o serviço público reside no facto de um devido reconhecimento da visão dos indivíduos revelar dimensões menos visíveis do grau de afectação que o serviço público de televisão tem na vida das pessoas, independentemente dos dados audiométricos.

A pergunta que se coloca é qual é, efectivamente, a¹ percepção que o indivíduo, enquanto cidadão, tem do serviço público, não só em termos de conteúdos e práticas mas, também, de representações subjectivas.

Note-se que a ideia de um serviço público de televisão em Portugal está fortemente enraizada na cultura comunicacional dos portugueses, ideia facilmente comprovada pela mobilização automática da sociedade civil portuguesa em torno de questões comunicacionais, como foi o caso da discussão em torno da RTP no ano de 2002. A complementaridade destes três focos de conhecimento é, sem dúvida, uma mais-valia para o debate, na medida em que o serviço público enquanto instrumento de utilidade pública não tem necessariamente que ser avaliado com base em ratings televisivos, mas também em função das percepções e daquilo que os espectadores pensam.

Um exemplo de tal fundamento é o conjunto de princípios que esteve na base da publicação "Dalla parte dello spettatore", uma iniciativa da RAI - ERI (Radiotelevisione Italiana - Edizioni Radio Italiana):

"Para quem se encontra a ter de tomar decisões relevantes, numa empresa ou num contexto público, o conhecimento representa hoje um instrumento de trabalho indispensável. (...) O público radiotelevisivo representa a procura de rádio e televisão: escutamo-lo para compreender as exigências e para elaborar uma definição de serviço público e de desenho do sistema que utilize a dinâmica política como método, mas que não ignore as necessidades dos destinatários da comunicação" (Bossi et al.1999).

Uma outra associação positiva, e que vai no sentido desta relação do espectador com o televisor, e do cidadão com o serviço público diz respeito às condições propiciadas pelas novas tecnologias da informação no contexto de uma sociedade informacional em rede. Se, num plano limitado de análise, as novas tecnologias da informação são vistas meramente como uma ameaça a estruturas de media tradicionais, que têm de enveredar invariavelmente por processos de eterna

¹ Bossi et al. (1999) *Dalla parte dello spettatore*, Collana Servizio Pubblico, Roma: RAI-ERI.

remodelação e adaptação às novas tendências, num outro plano, estas tecnologias e estes novos recursos podem ser, precisamente, a chave para a renovação de modelos de gestão e dinamização de medias como os sistemas de serviço público de media na Europa. Em termos de *realpolitik*, a proficuidade entre novos media e serviço público tem tido pouca expressão, salvo raras excepções, como, por exemplo, o caso da BBC News em Inglaterra (Kung, 2002)², cujo serviço na internet é um exemplo de prática de serviço público online cujo paradigma não teve, no entanto, reflexo a nível político, nem no Reino Unido nem na Europa. As causas desta incompatibilidade residem no facto de o discurso político se ter institucionalizado enquanto discurso de separação e divisão entre o que devem ser as prioridades políticas face aos media de massas (rádio, televisões, jornais) e as que devem reger os designados novos media, sendo a ideia de um serviço público cada vez mais influenciada pela ideia de serviço universal.

Numa outra perspectiva, Tracey (1998) aponta a incompatibilidade entre a existência de um serviço público consistente, na Europa, sem o suporte do público, sendo que os limites para a edificação de um serviço público de rádio e televisão sólidos são, também, devidos à própria agenda política europeia. Nas análises de Tracy (1998)³ e Raboy (2001)⁴ sobre as opções tomadas pelas esferas decisoras em detrimento do serviço público surge uma outra questão, poderá a perda de interesse nesse modelo cívico dever-se à ideia de convergência entre telecomunicações e mass media?

Bustamante (2002)⁵, por outro lado, explora o princípio da igualdade associada às novas tecnologias questionando o significado de serviço público ou serviço universal na era digital. Há que fazer uma escolha entre esses dois modelos, *serviço universal* ou *serviço público*, porque “(...) é inegável que as tecnologias de informação e comunicação transformaram de tal forma a cultura, que hoje as

² Küng, Lucy (2002) *Redefining public service broadcasting for the Internet Age*, apresentado durante a conferência Cost A20 Network conference, Tromso, Junho.

³ Tracey, Michael (1998) *The decline and fall of public service broadcasting*, Oxford: Oxford University Press.

⁴ Raboy, Marc (2001) *National, transnational and global approaches to public media*, paper apresentado na conferência "Rethinking Public media in a Transnational Era", Center for Media, Culture and History, New York University.

⁵ Bustamante, Enrique (Coord.) (2002) *Comunicación y cultura en la era digital. Industrias, mercados y diversidad en España*, Colección Multimédia, Editorial Gedisa.

indústrias culturais, a informação e a formação deixaram de ser elementos adjectivos à igualdade económica, abandonaram o seu carácter de 'superestrutura', para se converterem num elemento obrigatório e imprescindível da igualdade sócio-económica de partida." (Bustamante, 2002) Esta afirmação sugere que, sem um acesso equitativo às novas redes e às tecnologias de informação e comunicação, no quadro das complexas "digital divides" contemporâneas, não é possível sustentar a ideia de igualdade de oportunidades que sustenta as economias e as sociedades de mercado e as democracias políticas.

Se as políticas europeias para a Sociedade da informação preconizam a optimização do processo comunicacional bidireccional, como paradigma, ao nível das esferas de decisão subsiste ainda uma incompatibilidade conceptual entre informação e comunicação. Esta última, tal como explica Paquete de Oliveita (1988)⁶, implica o acto de *tornar comum* ou *fazer comunhão* códigos simbólicos. Ao nível da Comissão Europeia, pelo menos, a comunicação assume muitas vezes um papel complementar criando-se um significativo paradoxo institucional, patente na discrepância entre a formulação dos princípios vigente para uma sociedade europeia da informação e a concretização desses valores. Se a formulação europeia vigente (herdeira da tradição teórica e conceptual do modelo telecomunicacional) insiste particularmente no acto comunicacional no quadro da relação interpessoal, ficam omissas questões de extrema importância como o acesso e as desigualdades face à informação, sobretudo, naquilo que se designa modelo tríptico de desigualdades, a saber, o *acesso à produção de conteúdos e valor*, a *capacidade de validação da informação* e, muito importante para a discussão do serviço público, a *criação de memória individual e social*. Na sua definição conceptual, o acesso não se limita na vertente etimológica do termo ou no comunicar com terceiros, apenas, foca-se, sobretudo, no aumento da agência de cada indivíduo.

Enquanto conceito, serviço público é algo particularmente vulnerável no contexto contemporâneo. Se por, um lado, as questões de sustentabilidade financeira são particularmente fortes, sobretudo pelos encargos que os sistemas de serviço público de televisão e rádio comportam para os estados, por outro, e abordando questões relacionadas com externalidades positivas e mais-valias sociais

⁶ Paquete de Oliveira, José Manuel (1989) *Formas de 'censura oculta' na imprensa escrita em Portugal no pós-25 de Abril (1974-1987)*, Tese de doutoramento, Departamento de Sociologia, ISCTE, Lisboa

significativas, ressalta a importância de adaptar os princípios fundadores do serviço público numa era de digitalização e de crescente transnacionalização dos mercados, a planos de definição estratégica. Raboy (2001) sugere que a importância de salvaguardar referentes de identificação nacional, através de um serviço público forte e abrangente, torna-se ainda mais necessária num contexto em que a diversificação e individualização de fontes de informação é predominante. Isto é, **num contexto de crise será porventura cada vez mais necessário assegurar um sistema de media que proteja o interesse geral num sistema universal multimédia, fragmentado e individualizado.**

Esta adaptação compreende uma visão imaginativa, adaptada aos novos modelos concorrenciais, que reproduzam os valores do serviço público (criação de laços sociais, referências e coesão nacional), procurando novas formas institucionais para promover esses valores e criando, no contexto concorrencial, uma diferenciação positiva do serviço público face aos restantes serviços.

Os quatro princípios históricos que regem o serviço público possibilitam, efectivamente, essa renovação do modelo, na medida em que **universalidade** (acessibilidade a todos os cidadãos), **diversidade** (no tipo de conteúdos, audiências e assuntos tratados), **independência** (garante da livre circulação de ideias e opiniões) e **diferenciação** são argumentos no quadro da concorrência público-comercial. É da conjugação destes quatro factores que se centram as condições fundamentais para a criação de novos produtos e para a geração de inovação.

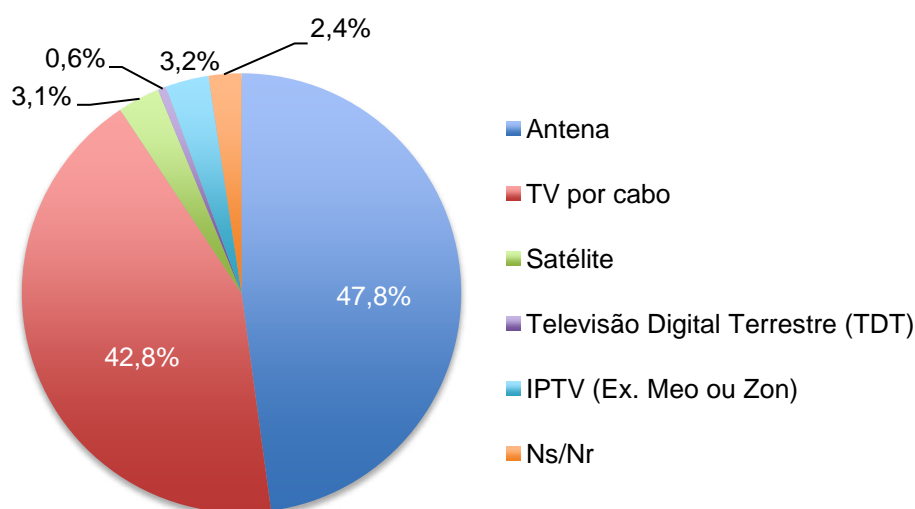
A relevância da análise das percepções dos cidadãos para a equação desta questão é fundamental do ponto de vista da existência de um serviço público de televisão, e da avaliação da qualidade desse serviço.

Análise de Indicadores

Os conteúdos do serviço público de televisão em Portugal - Prioridades e preferências

Observar a realidade televisiva dos portugueses, em termos de acesso aos conteúdos televisivos, implica olhar para um território em permanente transição tecnológica, sobretudo devido à passagem para a tecnologia de Televisão Digital Terrestre (TDT). Note-se que, em 2010, uma grande percentagem da população acede a conteúdos televisivos ainda através de antena analógica (Cf. Figura 1).

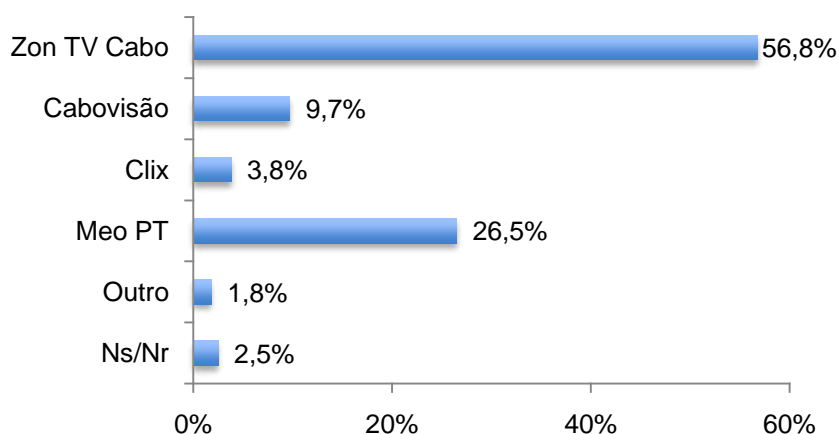
Figura 1: Caracterização da amostra por tipo de acesso de televisão que tem em casa (2010)



n=1255

A realidade televisiva portuguesa é fortemente polarizada entre os que acedem a conteúdos televisivos através de antena analógica e, por isso, têm acesso apenas aos dois canais públicos (RTP1 e RTP2) e aos dois privados (SIC e TVI), em condições de visualização seriamente limitadas pela qualidade que esta tecnologia permite: 47,8% dos inquiridos possuem este tipo de ligação, contra 42,8% que possuem TV por cabo, tendo as restantes categorias valores residuais (3,2% com IPTV e 3,1% com satélite).

Figura 2: Caracterização da amostra por tipo de operador de televisão que subscreve (2010)



n=611 (os que subscrevem um contrato com um operador de televisão)

Contemplando a realidade concorrencial portuguesa, observa-se uma clara hegemonia do operador Zon TV Cabo (56,8%) face aos restantes operadores (Cf. Figura 2). A Meo PT é o operador de 26,5% dos inquiridos e a Cabovisão de 9,7%.⁷

Abordando as questões dos conteúdos no serviço público e as percepções dos inquiridos sobre as prioridades programáticas deste modelo, bem como as suas preferências, os indicadores apontam para informações relevantes.

Observando a Figura 3 verifica-se que a categoria que mais inquiridos consideram ser prioritária no serviço público é a que possui maior discrepância face ao grau de preferência, isto é, 71,8% dos inquiridos consideram que a **emissão de conteúdos informativos**, em formato notícias, é prioritária, e apenas 48,9% afirmam ter preferência por esse tipo de conteúdos, uma diferença de 22,9 pontos percentuais, enquanto que na segunda categoria mais tida como prioritária (filmes), essa diferença é de apenas 8 pontos percentuais (44,3% dos inquiridos consideram a **emissão de filmes** prioritária, e 36,5% afirmam preferir esse tipo de conteúdos).

⁷ Nota: As categorias que figuram no gráfico de barras são as mesmas que foram incluídas no inquérito aplicado em 2010 pelo que em 2011, no que é relativo às dinâmicas de mercado dos operadores de televisão, algumas das categorias estão desactualizadas, como é o caso do operador Clix, marca que foi suprimida pelo grupo SONAECOM quando a Optimus passou a ser a única figura de telecomunicações da empresa, chamando-se o operador de televisão (em formato triple-play) Optimus-Clix.

Figura 3: Conteúdos - Prioridades programáticas do serviço público de televisão e preferências dos inquiridos em Portugal (2010)



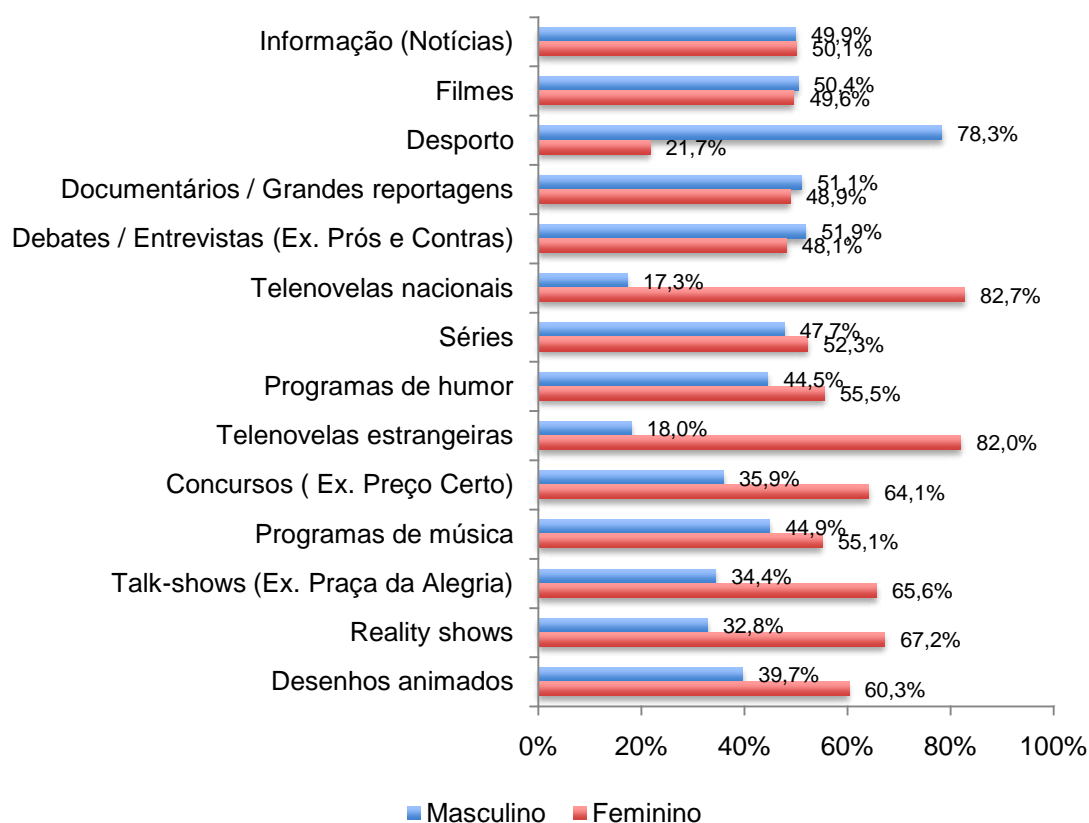
n=1255

A tendência geral do indicador aponta sempre, no quadro de um modelo de serviço público, de televisão, para uma sujeição das preferências individuais àquilo que é tido simbolicamente como o que deve ser um canal público.

Tal verifica-se em todas as categorias, da informação aos desenhos animados, passando pelos *talk* ou *reality shows*. O **Desporto** é a terceira categoria mais prioritária (41,2%), sendo preferido por 35,5% dos inquiridos, seguido pelos **Documentários / Grandes reportagens** (prioritários para 38,5%, e preferidos por 21,8% dos inquiridos) e pelos **Debates / Entrevistas** (35,5% consideram este tipo de conteúdos prioritário e 15,0% preferem-nos). Ainda que não seja possível filtrar a informação a esse nível, há uma vaga tendência que aponta para uma identificação,

por parte dos inquiridos, do tipo de conteúdos emitidos no segundo canal da RTP com o tipo de emissão que deve caracterizar um canal público, em termos de diversidade de conteúdos.

Figura 4: Prioridades programáticas do serviço público de televisão por género em Portugal (2010)



n=1255

Filtrando as percepções sobre as prioridades do serviço público de televisão, em termos de conteúdos, verifica-se que as duas categorias mais prioritárias (Informação e filmes, Cf. Figura 4) são as que possuem percentagens mais equilibradas, quando cruzadas com a variável género, 49,9% no género masculino e 50,1% no feminino, na categoria Informação, e, relativamente à categoria Filmes, 50,4% no masculino e 49,6% no feminino.⁸ Essa equidade de género confirma-se na quarta e na quinta categoria mais prioritárias, mas não, de todo, na terceira categoria: dos que consideram os Documentários/Grandes reportagens prioritários,

⁸ Nota: por razões de clareza analítica, e dado que possuem percentagens de resposta residuais, como é visível na Figura 4, as categorias Não sei / Não respondo (Ns/Nr) e Outros foram excluídas dos cruzamentos com as variáveis sócio-demográficas.

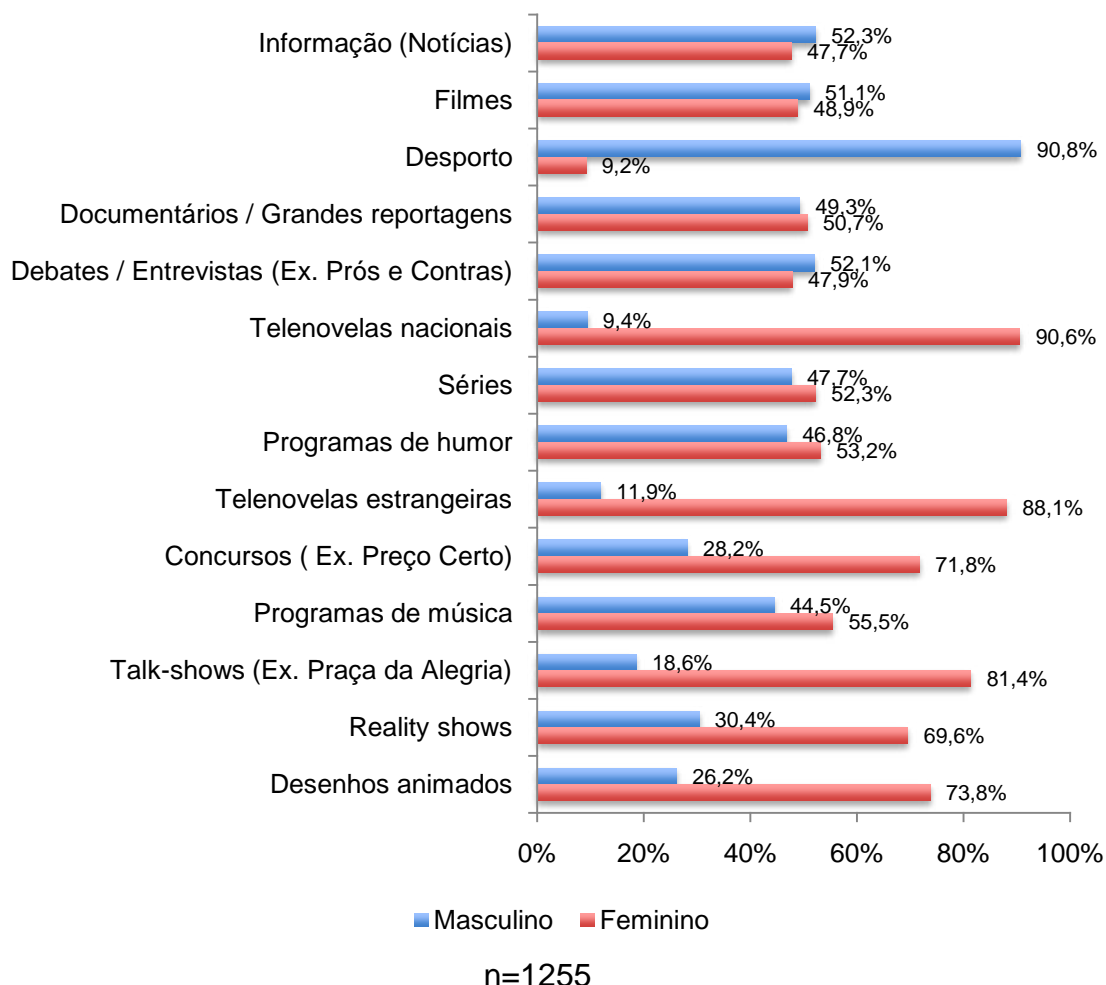
51,1% são do sexo masculino contra 48,9% do feminino e relativamente aos Debates / Entrevistas, essa relação é de 51,9% no masculino e 48,1% no feminino, sendo que a categoria Desporto é das que possui a maior disparidade entre géneros, com 78,3% de inquiridos do sexo masculino contra 21,7% no feminino. Fora das já referidas cinco categorias mais prioritárias, registam-se grandes disparidades face ao género nas categorias relativas às Telenovelas Nacionais e Telenovelas estrangeiras. Na primeira, 82,7% dos que consideram essa categoria prioritária para um serviço público de qualidade são mulheres, e apenas 17,3% são do sexo masculino e na segunda, Telenovelas estrangeiras, a disparidade mantém-se, com 82,0% de respondentes do sexo feminino contra 18,0 do masculino. Em todo o caso é de registar o relativo consenso, entre género, acerca dos conteúdos prioritários do serviço público de televisão, em quatro das cinco categorias consideradas mais importantes para a qualidade da emissão pública.

O confronto dos inquiridos com as mesmas categorias, por género, não na óptica da prioridade mas sim da preferência confirma esta tendência (Cf. Figura 5). Informação, Filmes, Documentários/Grandes reportagens e Debates/Entrevistas são categorias com maior equidade de género (entre género masculino e feminino, respectivamente, 52,3% para 47,7%, 51,1% contra 48,9%, 49,3% para 50,7% e 52,1% face a 47,9%).

As disparidades entre preferências, quanto ao género, são mais acentuadas que no quadro das prioridades, não só nas variáveis Desporto e Telenovelas Nacionais e Telenovelas estrangeiras mas, também, em Concursos, Talk-shows, Reality Shows e Desenhos animados sendo esta relação, entre masculino e feminino, respectivamente, de 90,8% contra 9,2%, 9,4% face a 90,6%, 11,9% para 88,1%, 28,2% para 71,8%, 18,6% contra 81,4%, 30,4 para 69,6% e 26,2% face a 73,8%.

Estes dados são particularmente relevantes quando enquadrados na discussão do serviço público de televisão, sendo que o sentido conceptual do modelo é significativamente diferente da lógica programática do sector privado de televisão nas percepções dos espectadores.

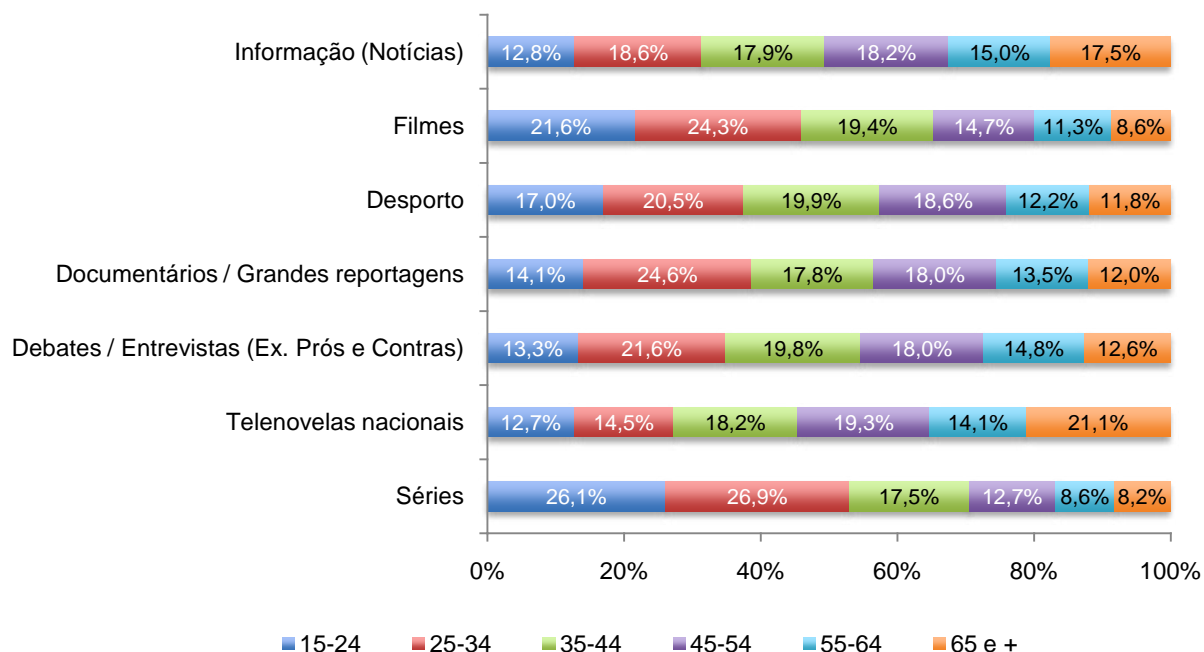
Figura 5: Preferências dos inquiridos relativamente aos conteúdos televisivos em Portugal (2010) por género



Observando a questão da prioridade e preferência de conteúdos no serviço público de televisão tendo em conta o escalão etário dos inquiridos é possível constatar tendências interessantes com valor para esta análise.

As perspectivas sobre as prioridades programáticas são influenciadas tanto pelo género como pelo escalão etário dos inquiridos. No entanto, no quadro daquilo que devem ser as prioridades programáticas, verifica-se uma certa regularidade entre escalões etários, possivelmente justificada pelo peso simbólico que o serviço público tem na sociedade portuguesa e no quotidiano dos seus cidadãos. Observando as Figuras 6 e 7, verificam-se algumas tendências dignas de nota.

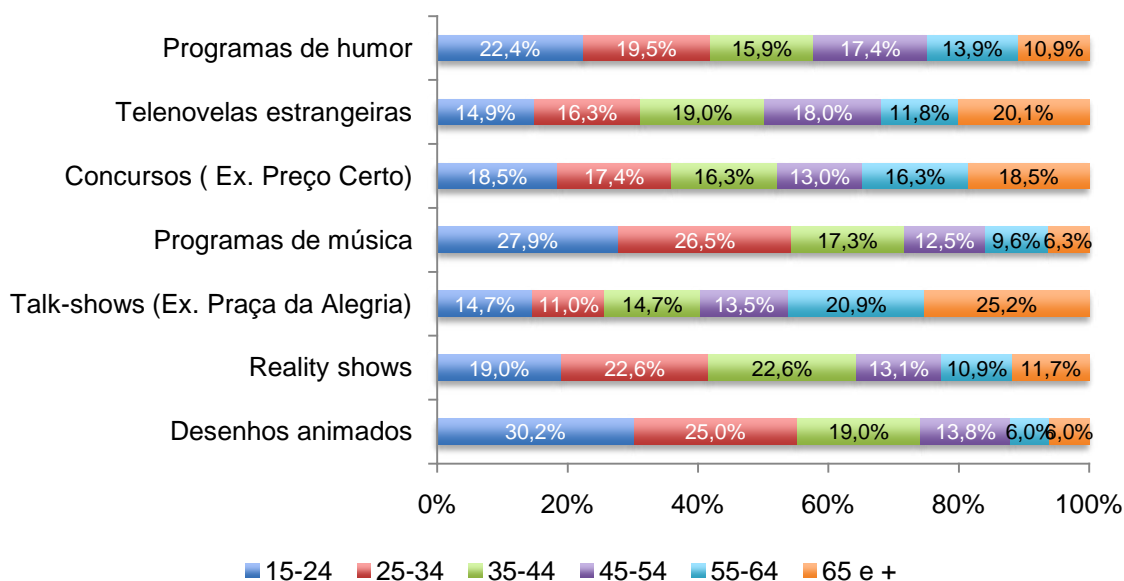
Figura 6: Prioridades programáticas do serviço público de televisão por escalão etário em Portugal (2010) (sete categorias mais prioritárias)



n=1255

As discrepâncias mais significativas relativamente à idade dos inquiridos acerca dos conteúdos prioritários dizem respeito à preferência dos mais jovens por determinado tipo de conteúdos, compreendidos nas categorias Filmes, Séries, Programas de música e Desenhos animados.

Figura 7: Prioridades programáticas do serviço público de televisão por escalão etário em Portugal (2010) (sete categorias menos prioritárias)



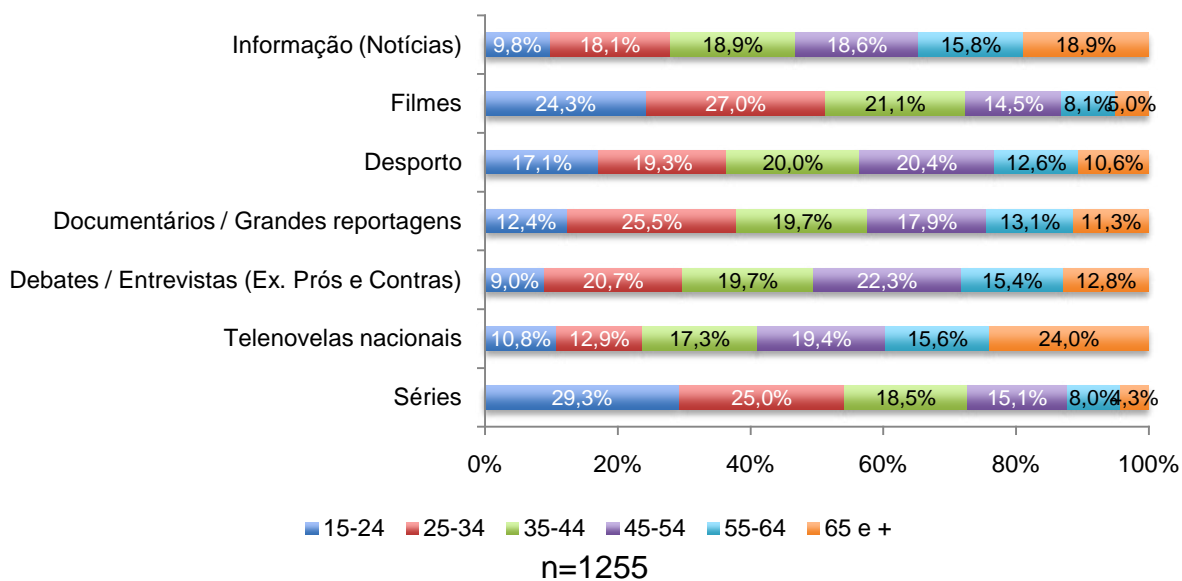
n=1255

As Séries e os Programas de música são particularmente prioritários para os jovens: na primeira, 53,0% dos inquiridos que as consideram prioritária tem até 34 anos de idade (26,1% dos 15 aos 24 e 26,9% dos que têm entre 25 e 34 anos de idade) e na segunda categoria, os dois escalões etários correspondem a 54,4% dos que acham que este tipo de programas é prioritário (26,5% dos 15 aos 24 anos e 27,9% entre os 25 e os 34). A categoria Desenhos animados é a que possui a maior percentagem entre todas as categorias e escalões etários, já que 30,2% dos que consideram este tipo de conteúdos prioritário tem entre 15 e 24 anos de idade, seguido pelos 25,0% que possuem entre 25 e 34 anos de idade e que também consideram este conteúdo como prioridade de emissão no serviço público de televisão. Neste caso, estamos a falar tanto do público alvo de conteúdos animados como de pais/encarregados de educação de jovens que consomem este tipo de conteúdos. Note-se, também, que a categoria Informação, e as que lhe sucedem na lista das mais prioritárias, no seguimento do que se observou na comparação com o género dos inquiridos, também possui percentagens relativamente mais regulares entre os diversos escalões etários, verificando-se a tendência que o serviço público simbolicamente possui.

Relativamente às preferências, verifica-se que, à semelhança do que se observou anteriormente, conceito de serviço público tem um peso simbólico muito relevante na construção social do que é prioritário e do que são as preferências individuais de cada pessoa. Ou seja, se no primeiro quadro de ideias há uma sujeição do gosto individual a uma identidade conceptual social, na análise do segundo confirma-se a ideia de que um serviço público de qualidade é, em termos de conteúdos, uma sujeição da preferência individual à necessidade de responder às necessidades colectivas, **podendo-se partir desta conclusão para a ideia de que o serviço público deve ter por base mais do que as configurações audiométricas dos espectadores.**

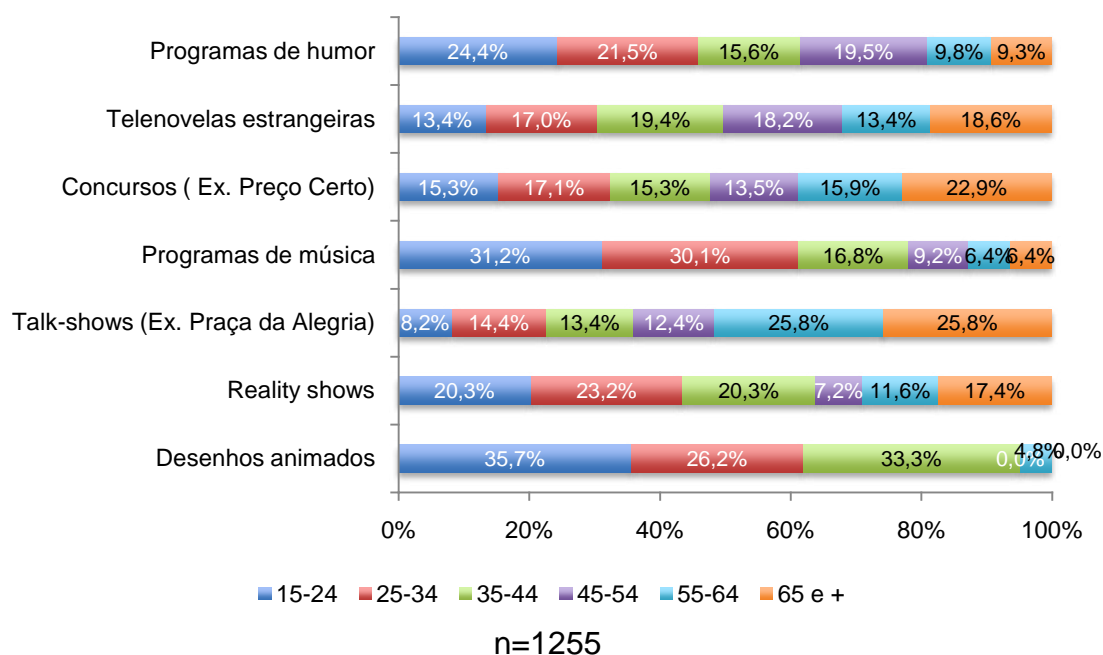
Observando a figura 9 verifica-se esta tendência, por exemplo, nas respostas à categoria Desenhos animados por escalão etário. Na Figura 7, relativa às prioridades, os escalões 55 - 64 anos de idade e 65 e + anos têm percentagens de 6,0%, mas na lógica preferencial, ambas possuem percentagens de 0.0%, corroborando-se a afirmação de que, pelo menos neste caso, o serviço público deve estar concentrado em determinados princípios de emissão que são superiores à preferência individual, independentemente dos factores que a influenciam.

Figura 8: Preferências dos inquiridos relativamente aos conteúdos televisivos em Portugal (2010) por escalão etário (sete categorias mais prioritárias)



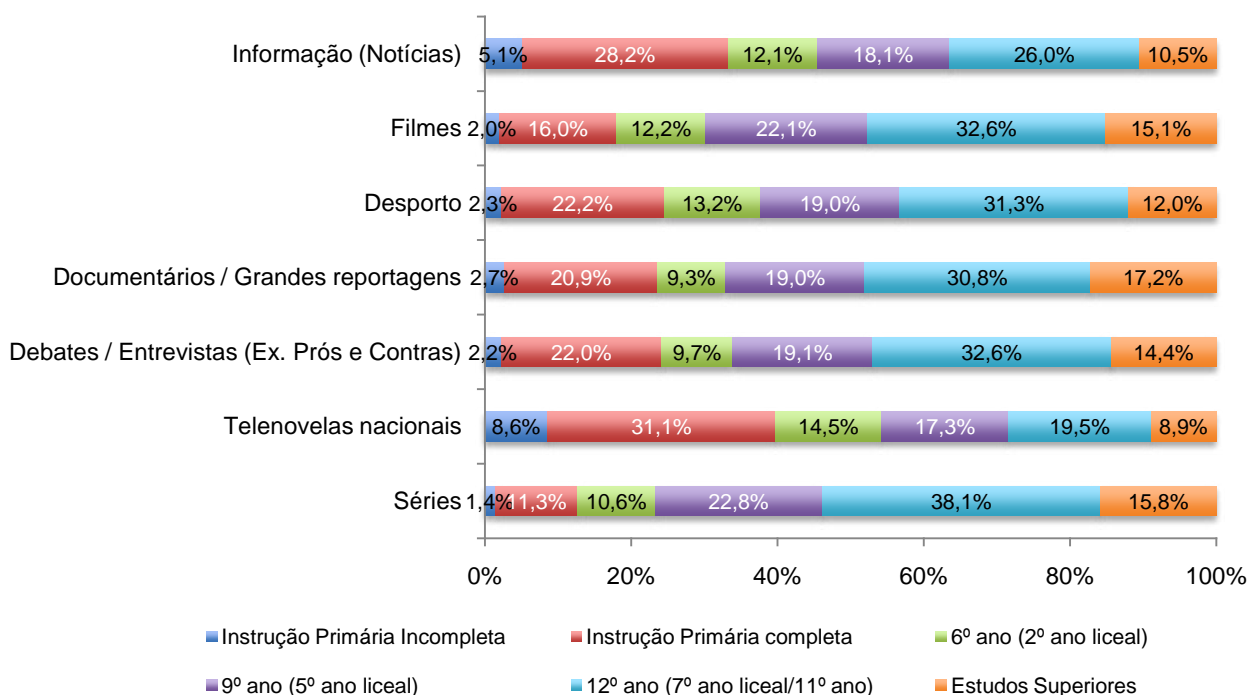
O mesmo se aplica, na mesma categoria, ao escalão etário 35 - 44 anos de idade, mas numa tendência diferente. Enquanto que 19,0% dos consideram que os Desenhos animados são um conteúdo prioritário têm entre 35 e 44 anos de idade, os que os preferem, dentro deste intervalo etário são 33,3% - ainda que esse seja um conteúdo de que gostem, não tem de ser necessariamente essa uma prioridade do serviço público.

Figura 9: Preferências dos inquiridos relativamente aos conteúdos televisivos em Portugal (2010) por escalão etário (sete categorias menos prioritárias)



O caso dos desenhos animados é paradigmático da tendência geral entre prioridade e preferência, que é observável mas não tão vincada nas restantes categorias. Nas séries, mantém-se a preferência por parte das camadas jovens - 29,3% nos inquiridos que têm entre 15 e 24 anos e 25,0% nos que possuem entre 25 e 34 anos - bem como na categoria Programas de música, maior peso destes escalões etários face aos valores do quadro de prioridades, com valores de 31,2% e 30,1%, respectivamente. A preferência pelos Talk-shows segue a tendência dos que, de acordo com a idade, os consideram um conteúdo prioritário, os mais velhos (25,8% entre os 55 e os 64 anos e 25,8% nos que têm 65 e + anos). Note-se, no entanto, que o formato talk-show como é implementado quer pela RTP 1 (Praça da Alegria) quer pela SIC (Companhia das Manhãs) e TVI (Agora é que conta) é em si mesmo um objecto de estudo, pela lógica híbrida de infotainment que rege este tipo de programas. O Desporto afigura-se, em termos de idade, como um conteúdo mais regular e mais apelativo, não só a mais inquiridos como a inquiridos com várias idades ao longo da faixa etária compreendida neste estudo (Cf. Figura 8).

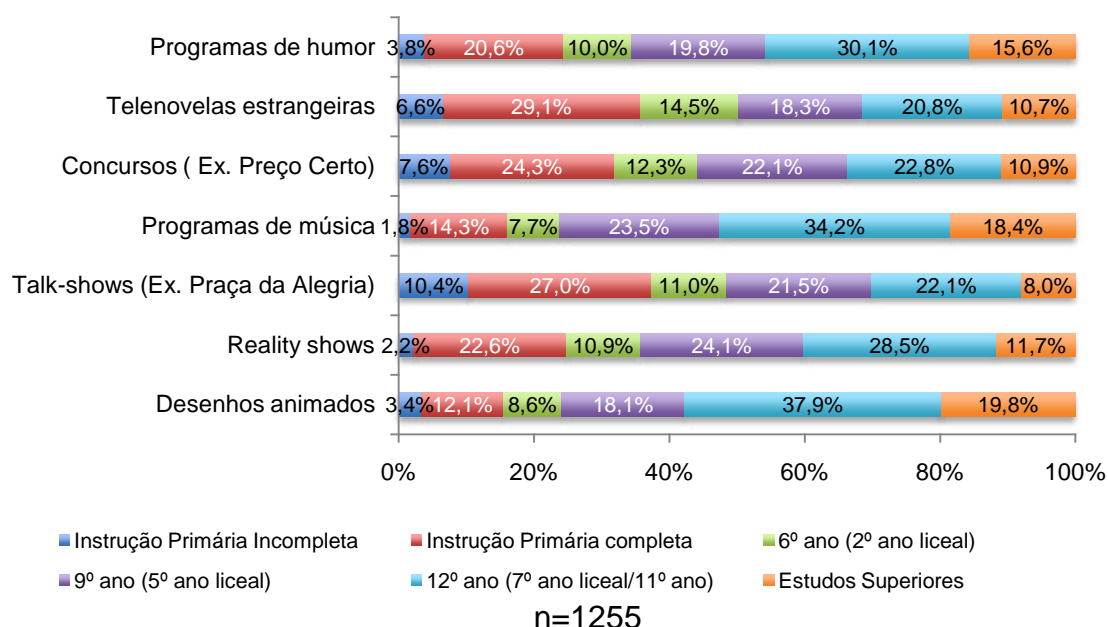
Figura 10: Prioridades programáticas do serviço público de televisão por grau de escolaridade em Portugal (2010) (sete categorias mais prioritárias)



n=1255

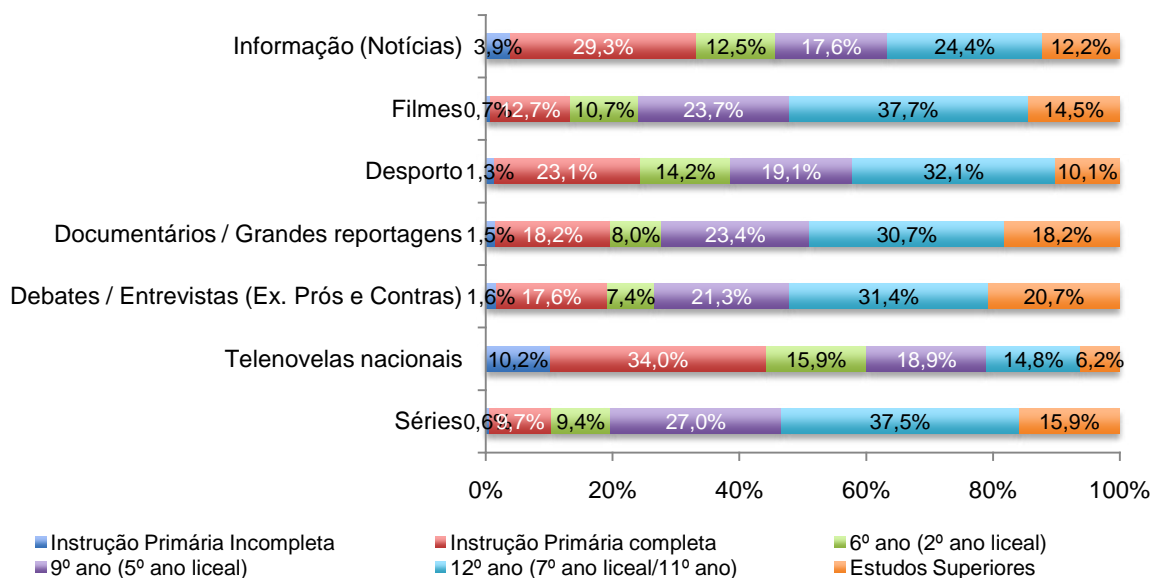
Comparando as percepções sobre as prioridades programáticas com o grau de escolaridade dos respondentes (Figuras 10 e 11) verifica-se uma tendência para uma prevalência dos indivíduos que possuem o 12º ano (7º ano liceal / 11º ano) nas categorias Filmes (32,6%), Desporto (31,3%), Documentários / Grandes reportagens (30,8%), Debates / Entrevistas (32,6%), Séries (38,1%), Programas de humor (30,1%), Programas de música (34,2%), Reality shows (28,5%) e Desenhos animados (37,9%). Nas categorias em que este não é o grau de escolaridade maioritário, verifica-se que aquele que obtém maiores percentagens é a Instrução Primária completa, com 28,2% na categoria Informação, 31,1% nas Telenovelas Nacionais, 29,1% nas Internacionais, 24,3% nos Concursos e 27,0% nos Talk-shows. Esta tendência reflecte-se no quadro da lógica da prioridade do serviço público mas, também, em grau semelhante, no da lógica de preferências, sendo os graus de escolaridade maioritários dentro de cada categoria exactamente os mesmos salvo uma excepção na categoria Reality shows, em que os indivíduos com 9º ano de escolaridade (5º ano liceal) atingem os 37,7 pontos percentuais (Cf. Figura 13).

Figura 11: Prioridades programáticas do serviço público de televisão por grau de escolaridade em Portugal (2010) (sete categorias menos prioritárias)



A Instrução Primária completa é o grau de escolaridade maioritário nas categorias Informação (29,3%), Telenovelas Nacionais (34,0%) e Estrangeiras (30,0%), Concursos (25,9%) e Talk-shows (33,0%).

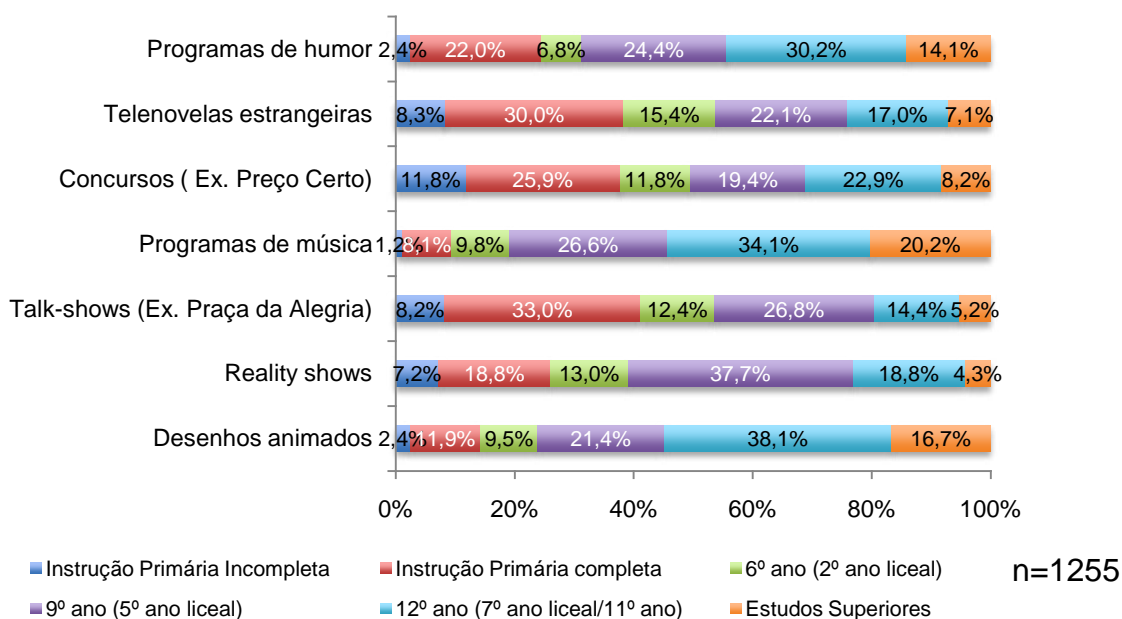
Figura 12: Preferências dos inquiridos relativamente aos conteúdos televisivos em Portugal (2010) por grau de escolaridade (sete categorias mais prioritárias)



n=1255

O grau 12º ano (7º ano liceal / 11º ano) atinge valores superiores nas restantes categorias com 37,7% (Filmes), 32,1% (Desporto), 30,7% (Documentários / Grandes reportagens), 31,4% (Debates / Entrevistas), 37,5% (Séries) (Cf. Figura 12), 30,2% (Programas de humor), 34,1% (Programas de música) e 38,1% (Desenhos animados) (Figura 13).

Figura 13: Preferências dos inquiridos relativamente aos conteúdos televisivos em Portugal (2010) por grau de escolaridade (sete categorias menos prioritárias)

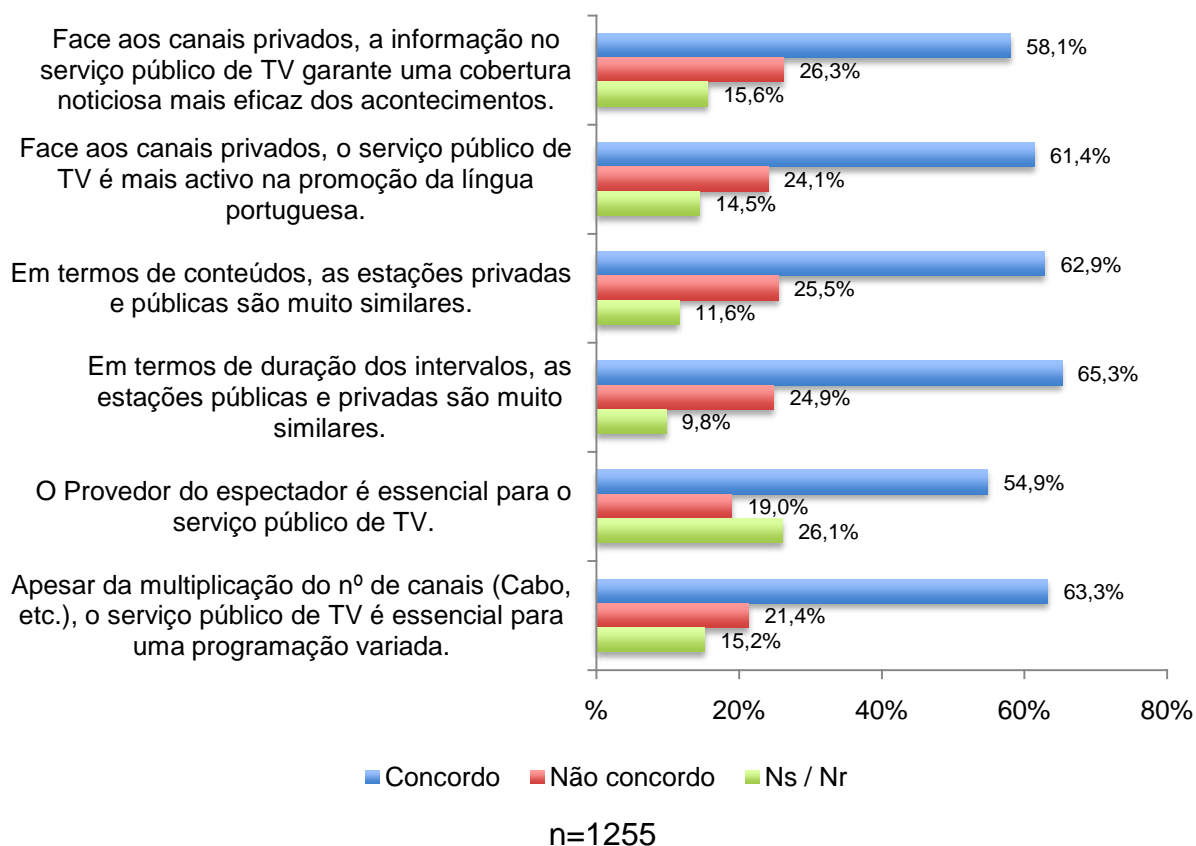


n=1255

Serviço público de televisão e conteúdos - Concordância com afirmações

Uma das principais baterias de questões dedicadas ao serviço público de televisão em Portugal, constante do inquérito Sociedade em Rede 2010, diz respeito à concordância com afirmações sobre o papel do serviço público de televisão na sociedade portuguesa, quer relativamente aos conteúdos emitidos e à relação com os canais privados quer ao seu desempenho na vida democrática e cultural do país. Um primeiro bloco de questões diz respeito à relação do serviço público com os conteúdos programáticos (Cf. Figura 14).

Figura 14: Percepções sobre serviço público de televisão e conteúdos em Portugal (2010)



As seis questões que compõem este bloco sobre serviço público e conteúdos dizem respeito à comparação da emissão entre canais públicos e privados e à relação da qualidade da emissão na diferenciação entre dois modelos distintos de serviço de televisão. Em primeiro lugar, sublinhe-se a orientação positiva das respostas, entre os 54,9% e os 63,3% na categoria Sim em todas as respostas. Esta tendência demonstra uma forte associação positiva ao serviço público de televisão

em Portugal, dado que as perguntas se encontram construídas em afirmação positiva face ao serviço público⁹, com excepção, note-se, para as perguntas "Em termos de conteúdos, as estações públicas e privadas são muito similares" e "Em termos de duração dos intervalos publicitários, as estações públicas e privadas são muito similares", ambas dedicadas à comparação directa entre serviço público e privado em termos de conteúdos e intervalos publicitários. Nestas, a concordância com a semelhança entre os canais públicos e privados é muito forte, 62,9% e 65,3% respectivamente mas veja-se que, por exemplo, a estrutura publicitária da RTP2 é totalmente distinta quer da SIC e da TVI quer da RTP 1, dado que emite única e exclusivamente publicidade institucional e não comercial (em termos teóricos a RTP2 está mais próxima da definição pura de serviço público por este facto, precisamente).

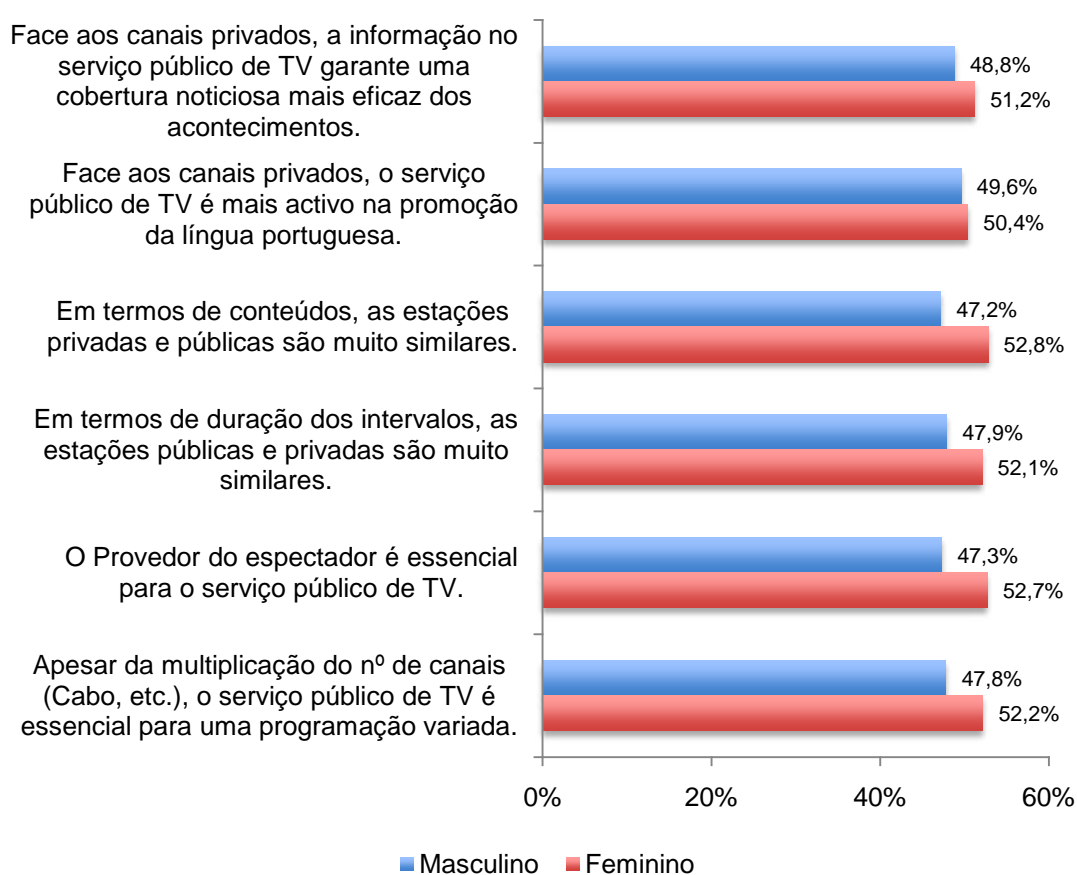
58,1% dos inquiridos concordam que o serviço público de TV garante uma cobertura mais eficaz dos acontecimentos que os restantes canais, e 61,4% concordam que este serviço é mais activo que o prestado pelos canais privados na promoção da língua portuguesa. 63,3% concordam, também, que o papel do serviço público é fundamental para a existência de uma programação variada. Curiosamente, a resposta com menor grau de concordância diz respeito a uma característica historicamente exclusiva do serviço público de televisão, a existência de uma provedoria para a qualidade do serviço - 54,9% dos inquiridos consideram que essa iniciativa é essencial para o serviço público, uma percentagem francamente positiva mas sugestivamente mais baixa que as restantes. Note-se que é também esta questão a única em que a categoria Não sei / Não respondo (Ns/Nr)

⁹ Nota: por questões relacionadas com a facilitação da visualização e análise dos conteúdos deste relatório por parte do leitor, as questões apresentadas em gráfico são versões abreviadas das que foram colocadas, via telefone, aos inquiridos. As questões originais são, na mesma ordem que é apresentada na Figura 14: "Em comparação com os canais privados, o serviço público de TV proporciona uma informação que garante de forma mais eficaz a cobertura noticiosa dos principais acontecimentos"; "Em comparação com os canais de TV privados, o serviço público de TV tem um papel mais activo na promoção da emissão de programas em língua portuguesa"; "Em termos de conteúdos, as estações públicas e privadas são muito similares"; "Em termos de duração dos intervalos publicitários, as estações públicas e privadas são muito similares"; "O provedor do espectador é uma iniciativa essencial para o serviço público português" e " Apesar da multiplicação do número de canais graças ao cabo e outras tecnologias, o serviço público de TV permanece essencial para garantir uma programação diversificada".

ultrapassa a categoria Não (26,1% contra 19,0%), o que poderá indiciar um relativo desconhecimento da provedoria da RTP e do papel do provedor para a garantia da qualidade do serviço.

As variáveis de concordância com afirmações serão cruzadas com as variáveis sócio-demográficas entre os que concordam com as afirmações e os que não concordam. Começando pelo género (Cf. Figura 15):

Figura 15: Percepções sobre serviço público de televisão e conteúdos em Portugal (2010) entre os que concordam com as afirmações, por género

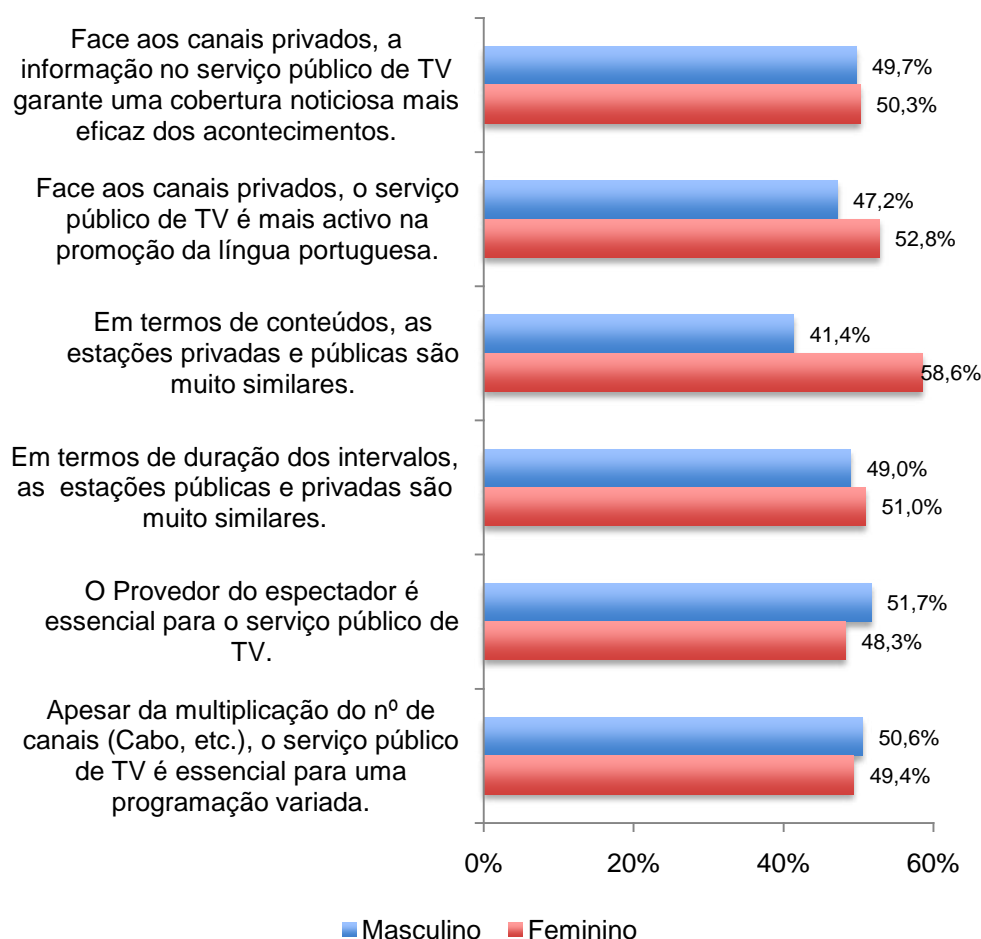


n=1255

Acerca do cruzamento entre a concordância com afirmações sobre serviço público de televisão e conteúdos, entre os que concordam, por género, é de salientar, numa primeira análise, a forte equidade nas respostas por género. Entre todas as perguntas e as categorias masculino e feminino, o valor percentual mínimo é de 47,2% e o mais alto de 52,8%, respectivamente, na pergunta sobre o papel do serviço público de televisão na existência de uma programação variada. Numa segunda análise, é de salientar o facto de, ainda que com uma diferença percentual

variada, existirem em todas as perguntas valores percentuais mais elevados correspondentes aos inquiridos do sexo feminino. A maior diferença entre géneros verifica-se na pergunta correspondente ao papel do serviço público de televisão na diversidade de conteúdos, apesar do crescente número de canais graças aos avanços tecnológicos nas formas de acesso - uma diferença de 4,4 pontos percentuais. Estas duas tendências são menos óbvias no quadro de análise dos que não concordam com as afirmações.

Figura 16: Percepções sobre serviço público de televisão e conteúdos em Portugal (2010) entre os que não concordam com as afirmações, por género



n=1255

Entre os que respondem Não, a regularidade de respostas é vagamente menor entre os que respondem sim, como se verificou na Figura 15 (Cf. Figura 16). De notar a maior discrepância entre género masculino e feminino na questão "Em termos de conteúdos, as estações privadas e públicas são muito similares" - 41,4% contra 58,6%, respectivamente. Note-se, também, que os inquiridos do género

masculino constituem 51,7% e 50,6% dos que não concordam com as questões relativas à provedoria do serviço público de televisão, enquanto essencial e com a importância da existência do serviço público de televisão para uma programação variada, contra 48,3% e 49,4% do gênero feminino, respectivamente, nas duas questões.

Filtrando os resultados nos quadros de concordância e não concordância com as afirmações relativas ao serviço público de televisão e conteúdos com a idade dos inquiridos é possível obter alguns padrões conclusivos relevantes para a análise. Como se pode observar na Figura 17 (página 27), existe, entre os que concordam com as afirmações sobre serviço público e conteúdos, uma distribuição regular relativamente à idade. O valor mínimo é de 13,5% (similaridade entre estações públicas e privadas, no que toca a conteúdos programáticos e duração de intervalos publicitários, nos inquiridos que possuem entre 55 e 64 anos) e a percentagem máxima é de 20,1% (indivíduos entre os 35 e os 44 anos, na questão que testa a concordância quanto à similaridade entre as estações públicas e privadas em termos de conteúdos), pelo que a diferença entre valores percentuais é muito baixa, a sugestão de um relativo consenso quanto às definições do serviço público. O escalão etário maioritário é, em todas as perguntas, o que compreende inquiridos entre os 35 e os 44 anos, e os três escalões que atingem, em todas as perguntas, valores percentuais mais altos são, para além do já referido, o dos 25 a 34 anos e dos 45 a 54 anos, sempre com valores acima dos 17 pontos percentuais. Relativamente aos inquiridos que não concordam com as afirmações (Cf. Figura 18, página 28), é de notar que o escalão etário maioritário, em todas as perguntas, é o que compreende indivíduos entre os 25 e os 34 anos, com scores entre os 20,8% e os 23,4%, residualmente mais altos que os restantes. Os mais velhos (55 a 64 anos e 65 e mais anos) estão entre os que menos respondem negativamente a afirmações de cariz positivo sobre o serviço público, o que sugere uma relação entre a idade e a construção de uma determinada imagem do serviço público de televisão. Em todo o caso, a regularidade evidente nos resultados obtidos expressa na variação percentual baixa entre os diferentes escalões etários demonstra uma determinada regularidade nos padrões de resposta, situação que não se espelha, no entanto, no cruzamento dos índices de resposta às perguntas sobre serviço público e conteúdos com o grau de escolaridade dos inquiridos.

Figura 17: Percepções sobre serviço público de televisão e conteúdos em Portugal (2010) entre os que concordam com as afirmações, por escalão etário

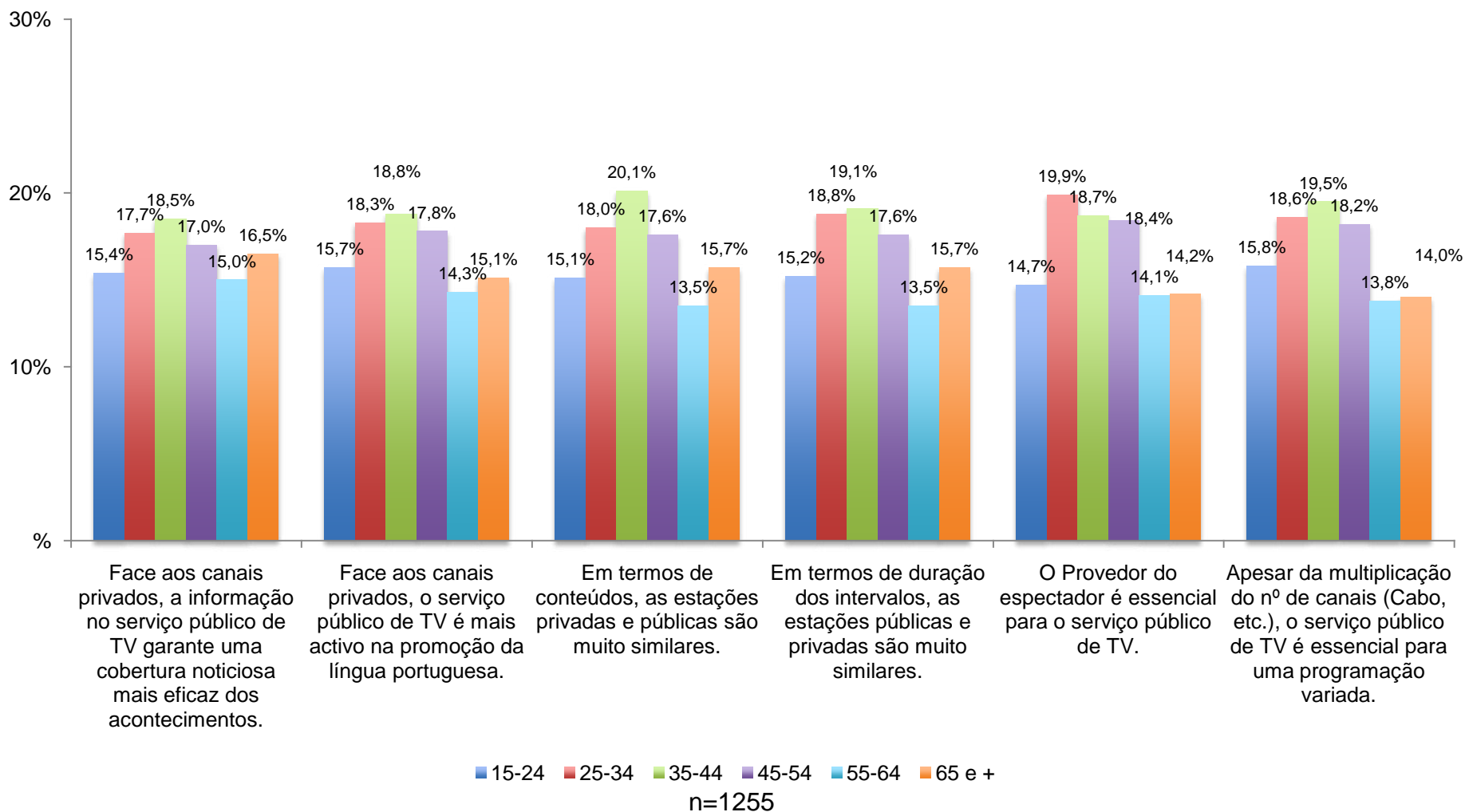
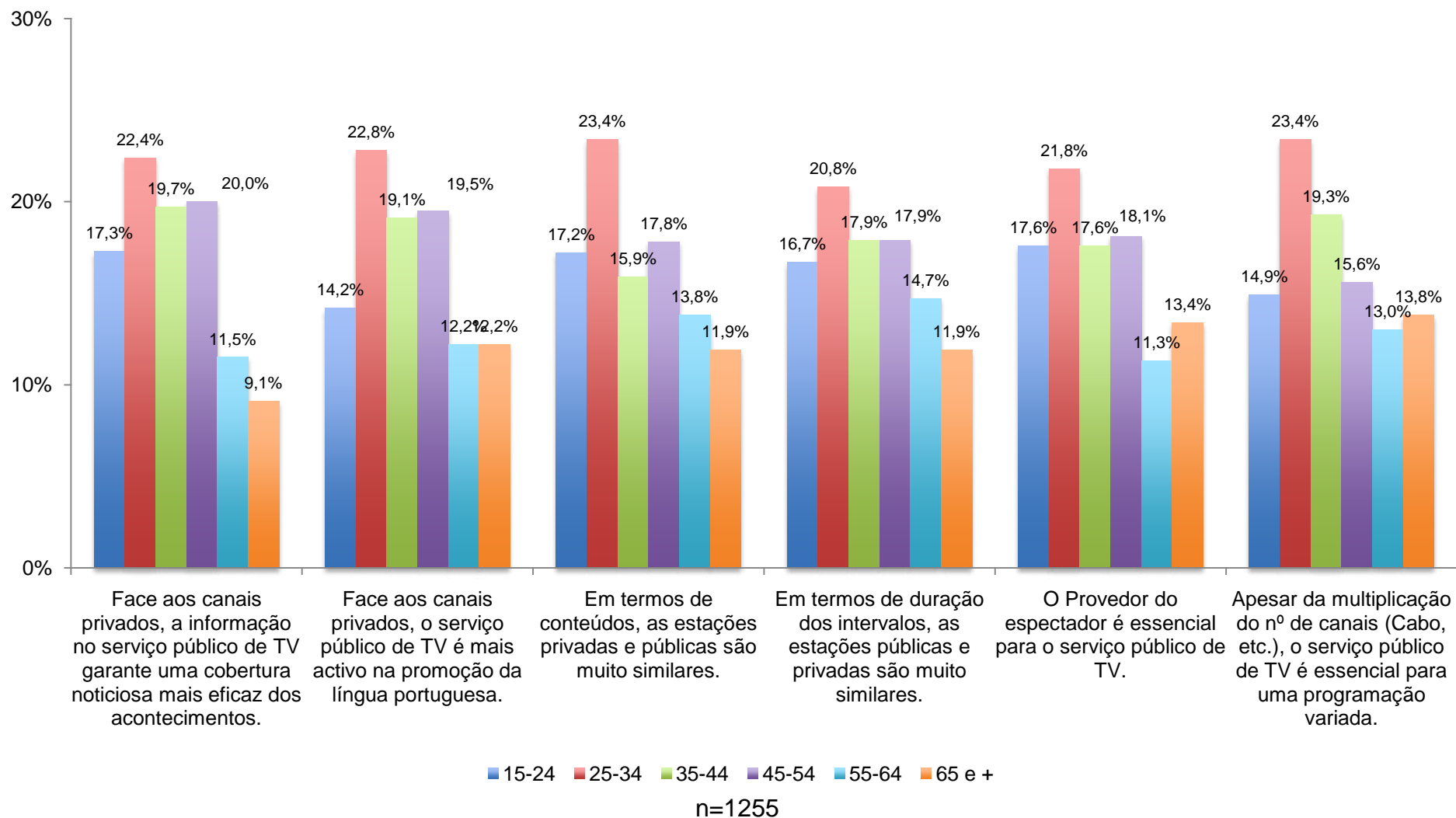
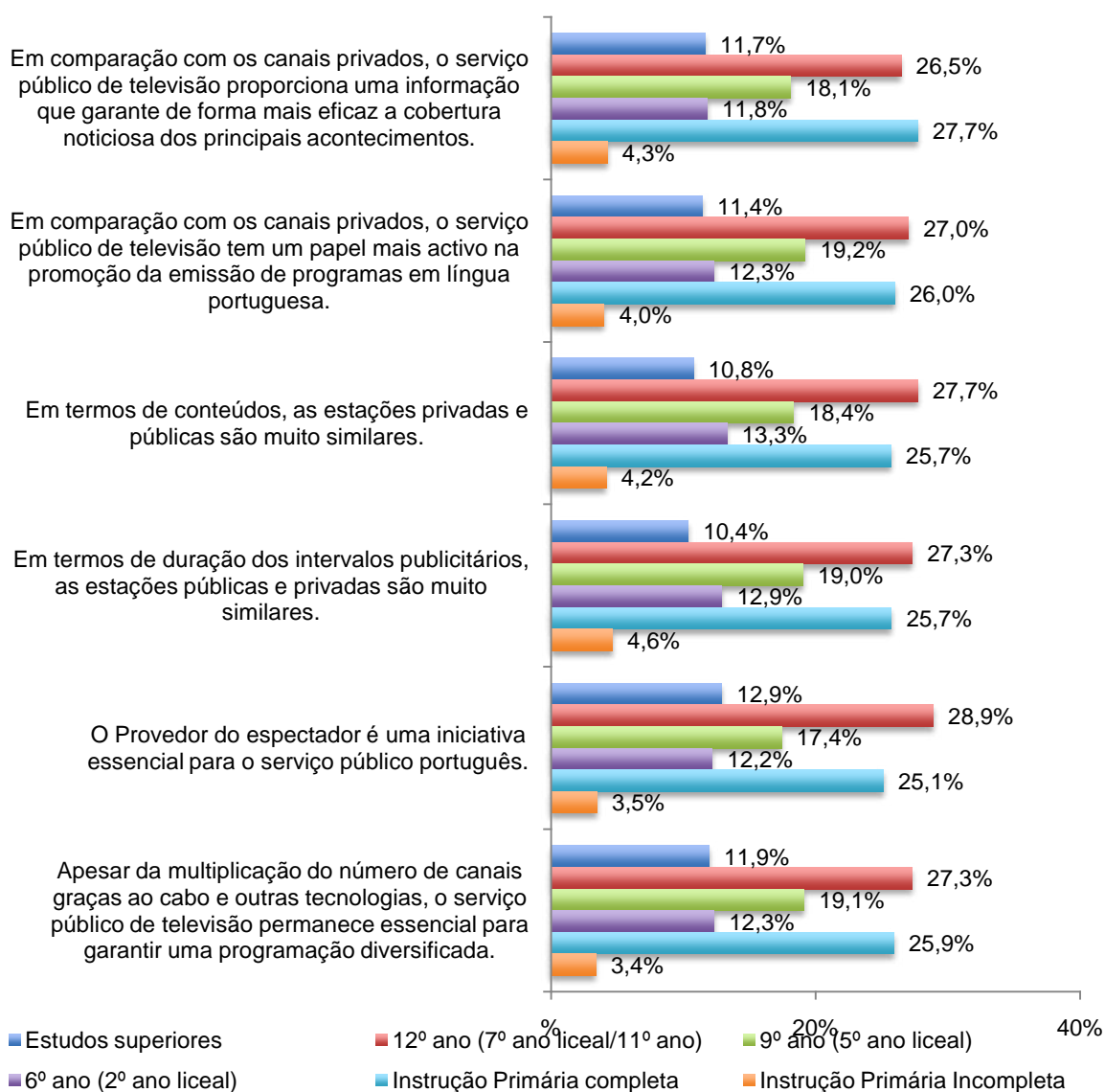


Figura 18: Percepções sobre serviço público de televisão e conteúdos em Portugal (2010) entre os não que concordam com as afirmações, por escalão etário



Como se pode observar pela informação constante da Figura 19, entre os que respondem afirmativamente às questões, há uma preponderância dos inquiridos com Instrução Primária completa e 12º ano (7º ano liceal / 11º ano), com variações compreendidas num intervalo de cerca de quatro pontos percentuais, entre os 25,1% ("O provedor do espectador é uma iniciativa essencial para o serviço público português", inquiridos com Instrução Primária completa) e os 28,9% (na mesma pergunta, indivíduos com 12º ano) (Cf. Figura 19). Os inquiridos com Instrução Primária incompleta estão entre os que menos respondem afirmativamente às questões colocadas, atingindo valores percentuais entre os 3,4% e os 4,6%.

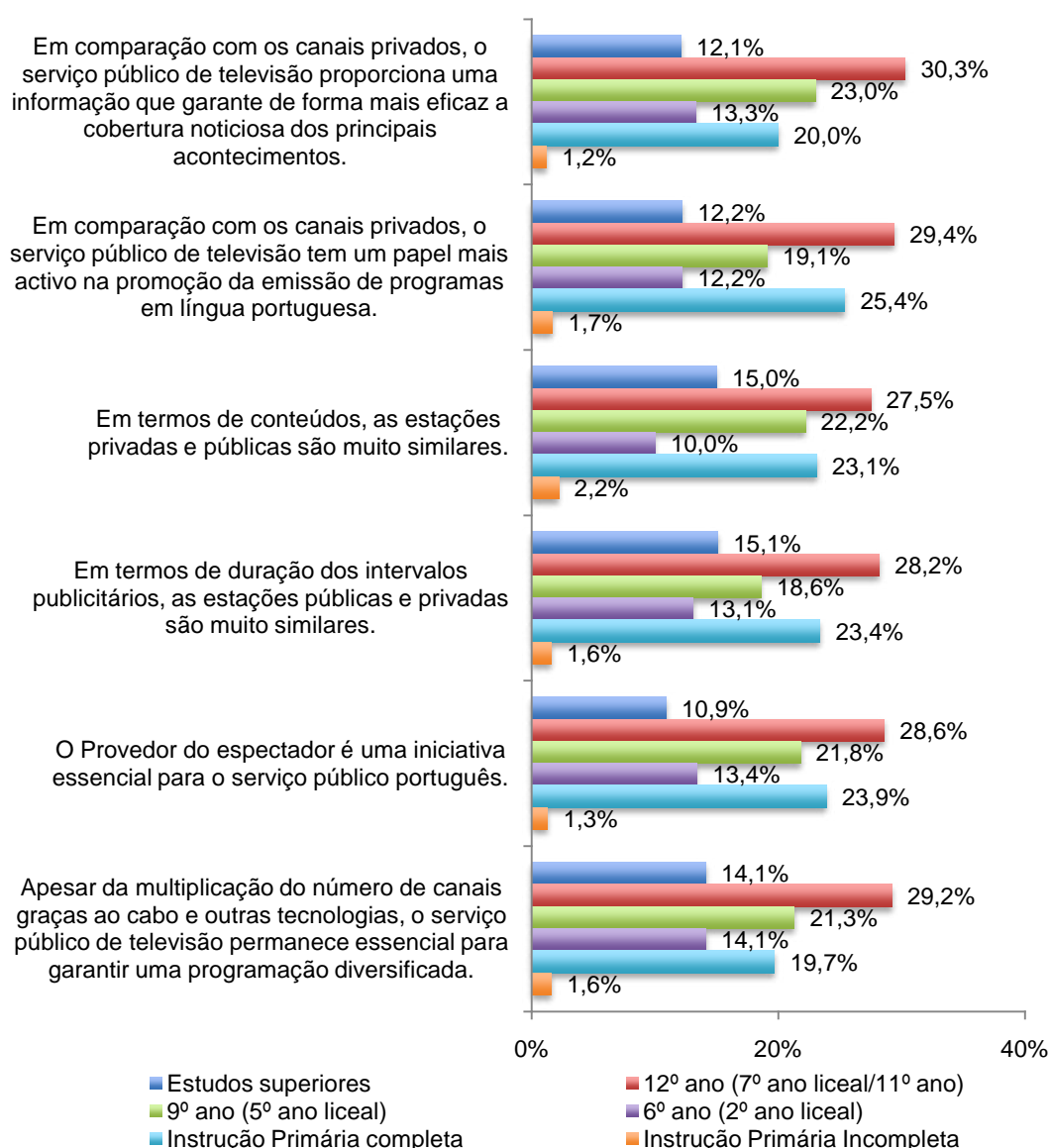
Figura 19: Percepções sobre serviço público de televisão e conteúdo em Portugal (2010) entre os que concordam com as afirmações, por grau de escolaridade



n=1255

No quadro da não concordância com as afirmações colocadas, verifica-se uma tendência maioritária dos inquiridos que concluíram o 12º ano (percentagens entre os 27,5% e os 30,3%), seguidos pelos que concluíram o 9º ano e a Instrução primária, com percentagens menores mas com variações igualmente baixas ao longo da bateria de questões sobre serviço público e conteúdos (entre os 18,6% e os 23% e entre os 19,7% e os 25,4%, respectivamente).

Figura 20: Percepções sobre serviço público de televisão e conteúdos em Portugal (2010) entre os que não concordam com as afirmações, por grau de escolaridade



n=1255

Serviço público e democracia - Concordância com afirmações

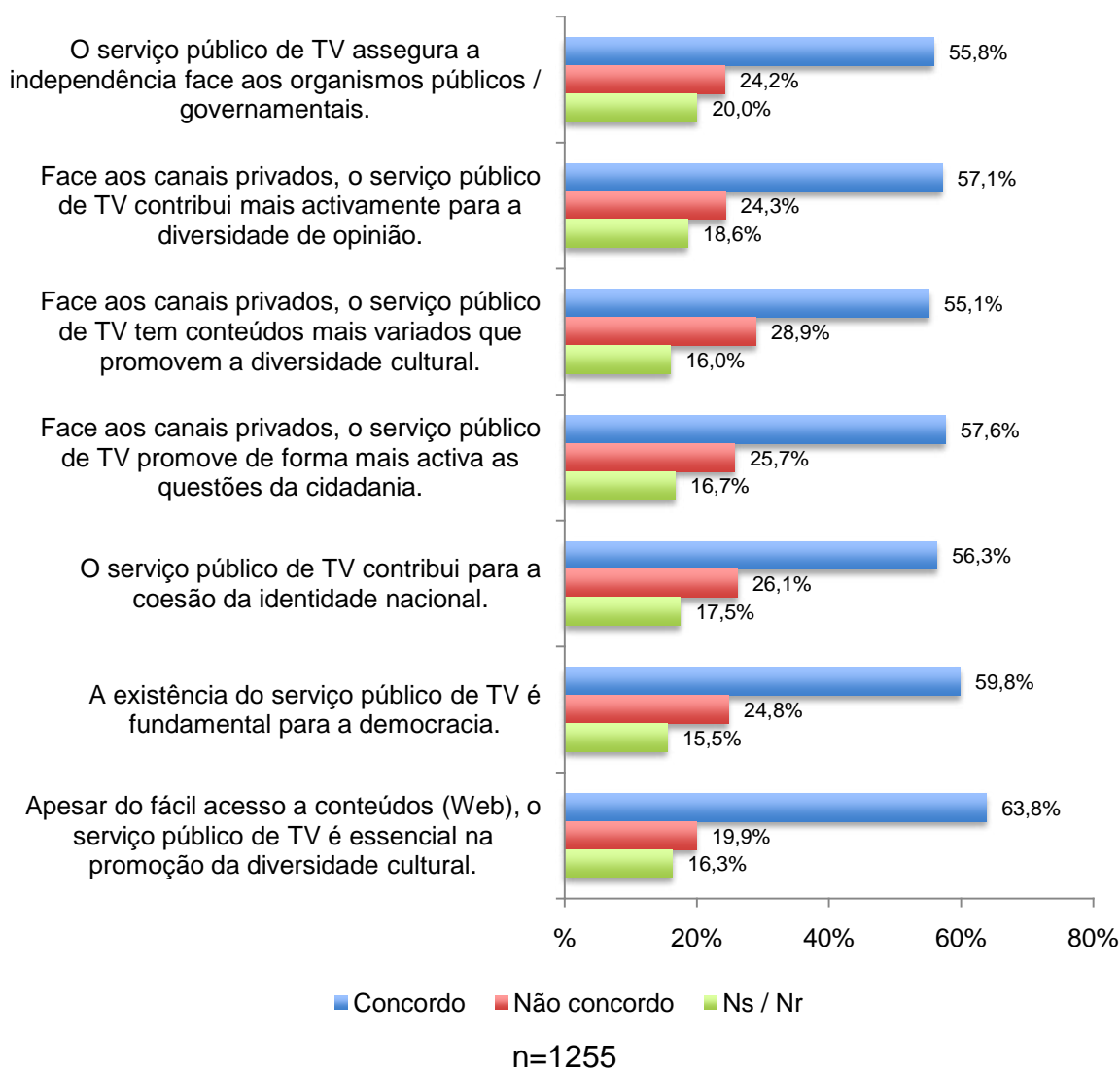
Numa segunda bateria de questões, foram colocadas aos inquiridos perguntas sobre a relação com o serviço público e questões como democracia, instituições públicas, cidadania e diversidade cultural.¹⁰ As tendências gerais de resposta são muito semelhantes às verificadas nas questões sobre serviço público e conteúdos, analisadas na secção precedente: verifica-se uma elevada percentagem de respostas positivas em todas as questões, com percentagens entre os 55,1% ("O serviço público de televisão assegura a independência face aos organismos públicos / governamentais) e os 63,8% ("Apesar do fácil acesso a conteúdos (Web), o serviço público de televisão é essencial na promoção da diversidade cultural"). As respostas negativas surgem em grau francamente inferior, entre os 24,2% e os 28,9%, estando as percentagens de resposta Não sei / Não respondo localizadas entre os 16,3% e os 20,0% (Cf. Figura 21).

É de notar que a diferença entre percentagens relativas aos que respondem Não e aos que respondem Não sei / Não respondo é menor nesta bateria de questões, comparativamente ao verificado no conjunto de questões sobre serviço público e conteúdos, o que sugere uma maior dificuldade de responder num quadro de concordância a questões mais abstractas sobre serviço público - veja-se que as afirmações da bateria Serviço público e conteúdos são manifestamente mais concretas na abordagem a determinados tópicos sobre a situação do serviço público

¹⁰ Nota: por questões relacionadas com a facilitação da visualização e análise dos conteúdos deste relatório por parte do leitor, as questões apresentadas em gráfico são versões abreviadas das que foram colocadas, via telefone, aos inquiridos. As questões originais são, na mesma ordem que é apresentada na Figura 21: "O serviço público de TV salvaguarda a sua independência perante o Governo, a Administração Pública e os poderes públicos"; "Em comparação com os canais privados o serviço público de TV tem uma maior contribuição para a expressão e confronto das diversas correntes de opinião"; "Em comparação com os canais privados o serviço público de TV tem uma programação mais variada que promove a diversidade cultural"; " Em comparação com os canais privados o serviço público de TV promove de forma mais activa a sensibilização dos telespectadores para os seus direitos e deveres enquanto cidadãos"; "A existência de um serviço público de TV contribui para a coesão da identidade nacional"; "A existência de um serviço público de TV permanece fundamental para a democracia portuguesa" e " Apesar do acesso facilitado aos conteúdos através da internet, o serviço público de TV permanece essencial para a promoção da diversidade cultural".

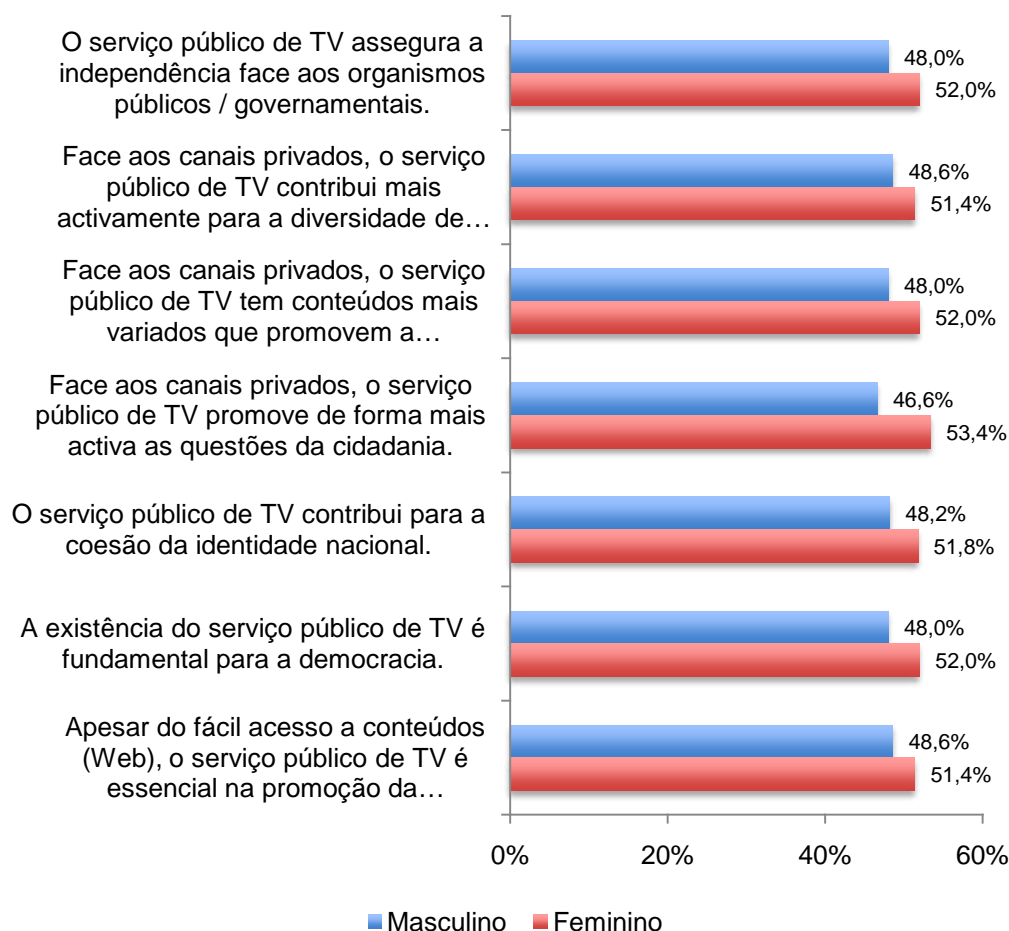
em Portugal, na medida que são afirmações estruturadas para avaliar a percepção dos indivíduos sobre situação específicas como a duração dos intervalos publicitários ou a semelhança entre um tipo de serviço e o outro tendo em conta o tipo de conteúdos e sua estrutura programática. A percepção sobre serviço público e democracia poderá ser de resposta mais difícil na medida em que compreende um raciocínio baseado em quadros simbólicos que vão para além da dimensão do espectador, entram na esfera da cidadania.

Figura 21: Percepções sobre serviço público de televisão e democracia em Portugal (2010)



Relativamente ao género, e mantendo o método de análise do quadro de resposta afirmativo, seguido pelo negativo, verifica-se, tal como na situação verificada na secção precedente deste relatório, uma forte regularidade na resposta a perguntas sobre serviço público e democracia em Portugal (Cf. Figura 22).

**Figura 22: Percepções sobre serviço público de televisão e democracia em Portugal (2010)
entre os que concordam com as afirmações, por género**

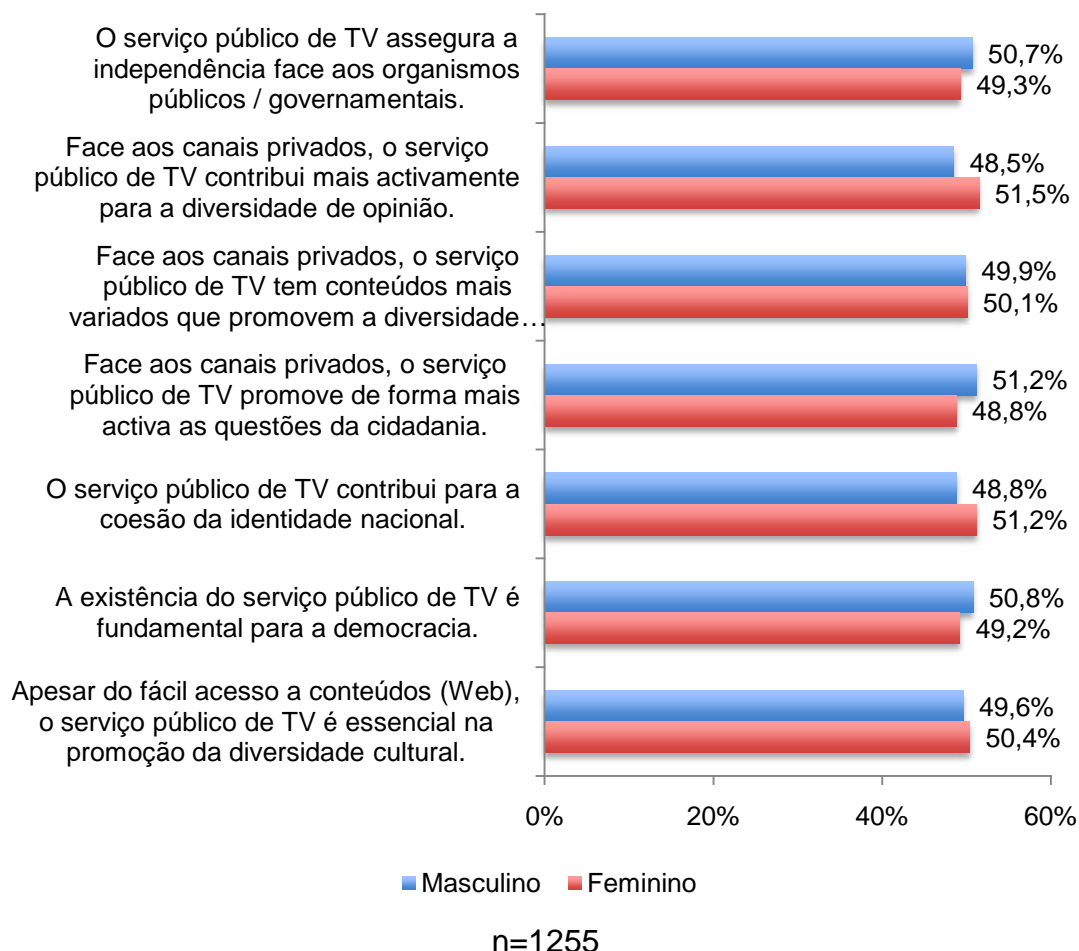


n=1255

Para além da forte equidade entre género masculino e feminino, é de salientar, também, as percentagens sempre maioritárias, ainda que de forma residual, do género feminino face ao masculino.

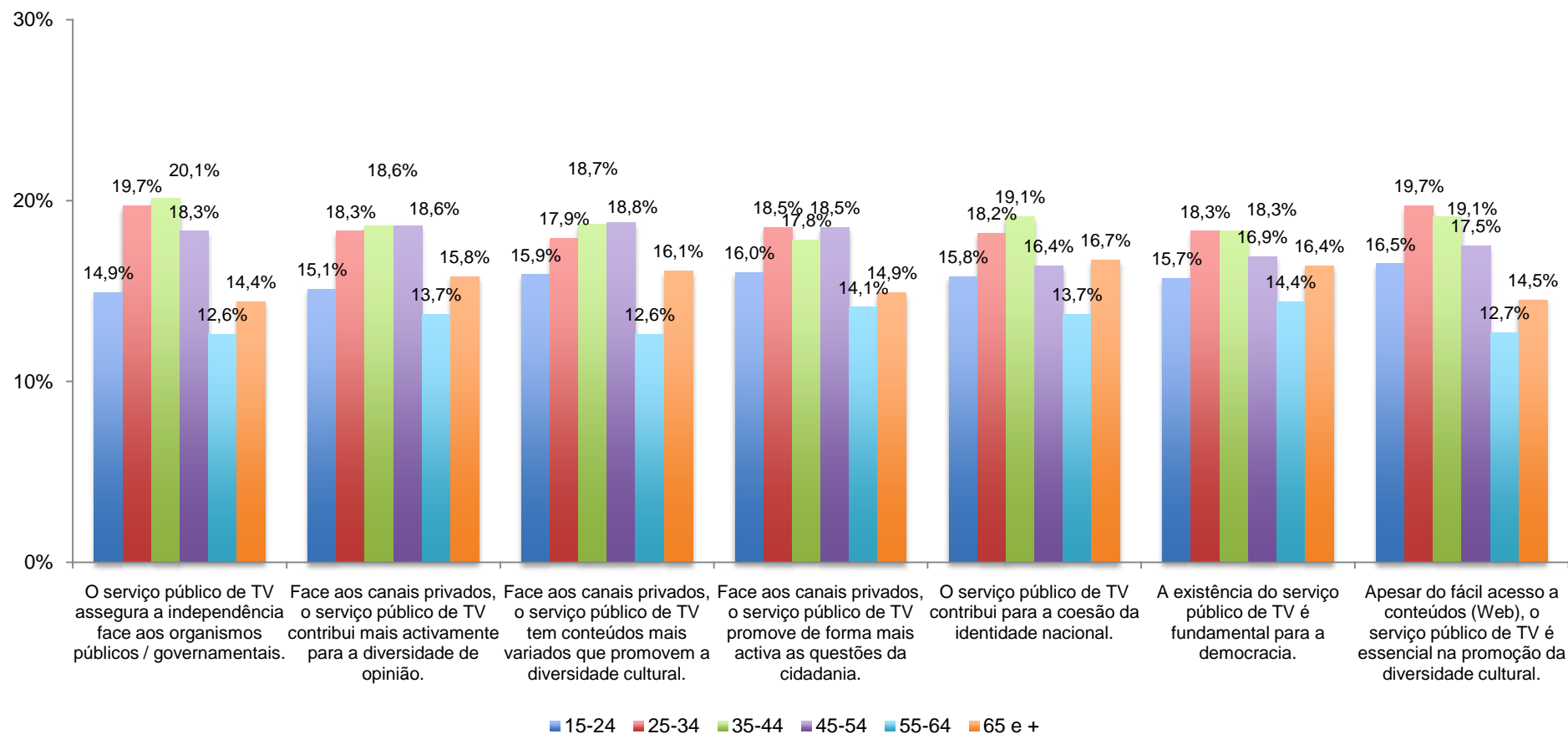
No quadro dos inquiridos que respondem não concordar com as afirmações feitas (Figura 23) confirma-se uma tendência semelhante à observada na Figura 22, um forte equilíbrio entre géneros, mas neste âmbito de resposta uma divisão de percentagens maioritária entre género, ao longo de toda a bateria de questões. O facto de esta bateria ser constituída por afirmações mais abstractas que no grupo referente ao serviço público e conteúdos não suscita variações relevantes em termos de género, pelo que se confirma, apenas, a forte tendência de associação positiva ao serviço público de televisão, transversal à grande maioria das categorias que compõem as variáveis sócio-demográficas utilizadas nesta análise.

Figura 23: Percepções sobre serviço público de televisão e democracia em Portugal (2010)
entre os que não concordam com as afirmações, por género



Na análise destas afirmações tendo em conta a idade dos inquiridos, verificam-se também as tendências comprovadas na análise das questões sobre serviço público e conteúdos, como se pode observar nas Figuras 24 e 25 (páginas 35 e 37). A Figura 23 comprova uma situação de relativa regularidade na distribuição das respostas positivas às afirmações sobre serviço público e democracia em Portugal, tendo em conta a idade dos inquiridos. O intervalo que compreende as percentagens obtidas é de 7,5 pontos percentuais apenas, com uma percentagem mínima de 12,6% (afirmação "O serviço público de TV assegura a independência face aos organismos públicos / governamentais", indivíduos que possuem entre 55 e 64 anos) e um valor máximo de 20,1% (na mesma afirmação, nos indivíduos com idades compreendidas entre os 35 e os 44 anos de idade).

Figura 24: Percepções sobre serviço público de televisão e democracia em Portugal (2010) entre os que concordam com as afirmações, por escalão etário



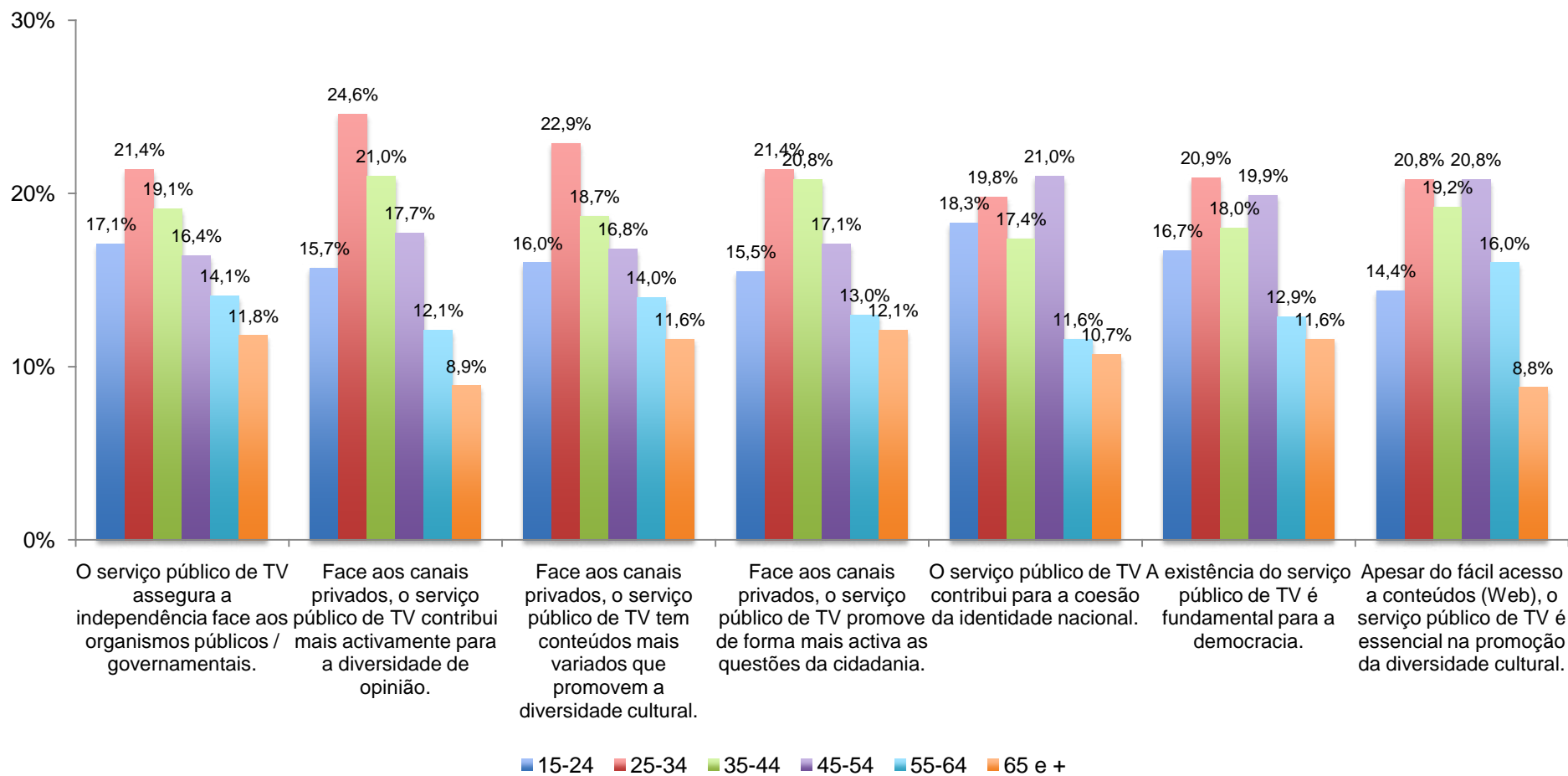
n=1255

Verifica-se que as percentagens maioritárias correspondem a idades entre os 25 e os 54 anos de idade (25 a 34 anos, 35 a 44 anos e 45 a 54 anos), com excepção para a afirmação relativa promoção da coesão da identidade nacional por parte do serviço público de TV, em que os mais velhos (65 e mais anos) são a terceira categoria maioritária com 16,7%, acima dos indivíduos com idades entre os 45 e os 54 anos (16,4%). De notar, ainda, que o escalão etário 65 e mais anos concorda em maior grau com todas as afirmações que o intervalo etário compreendido entre os 55 e os 64 anos.

Observando a Figura 25, verifica-se que nas quatro primeiras afirmações (O serviço público de TV salvaguarda a sua independência perante o Governo, a Administração Pública e os poderes públicos, Em comparação com os canais privados o serviço público de TV tem uma maior contribuição para a expressão e confronto das diversas correntes de opinião, Em comparação com os canais privados o serviço público de TV tem uma programação mais variada que promove a diversidade cultural, Em comparação com os canais privados o serviço público de TV promove de forma mais activa a sensibilização dos telespectadores para os seus direitos e deveres enquanto cidadãos), há uma tendência descendente à medida que a idade dos inquiridos aumenta, a partir do escalão etário 25 - 34 anos, no quadro de concordância negativa, isto é, indivíduos mais novos discordam em maior grau das afirmações apresentadas. Os inquiridos mais velhos são, de facto, os que menos discordam das afirmações proferidas, tendência claramente visível nos escalões etários que compreende idades entre os 55 e os 64 anos e 65 e mais anos, com valores percentuais situados entre os 11,6% e os 16,0% e entre os 8,8% e 12,1%, respectivamente.

Esta última tendência pode estar relacionada com a existência de uma relação mais estreita dos indivíduos mais velhos com o serviço público de televisão, quer em termos históricos e simbólicos, quer em termos de afinidade programática e de conteúdos. Seria necessária uma análise extremamente profunda para poder refinar a distinção, no quadro das percepções, entre as dimensões presentes a análise. O peso simbólico do serviço público de televisão em Portugal está ligado à sua realidade programática e aos conteúdos veiculados, não deixando esta análise de ser frutífera na procura de sentidos de avaliação da relação dos portugueses com os canais públicos de televisão - haverá também uma diferença considerável entre a relação com a RTP1 e a RTP2, dois canais lógicas completamente diferentes de funcionamento.

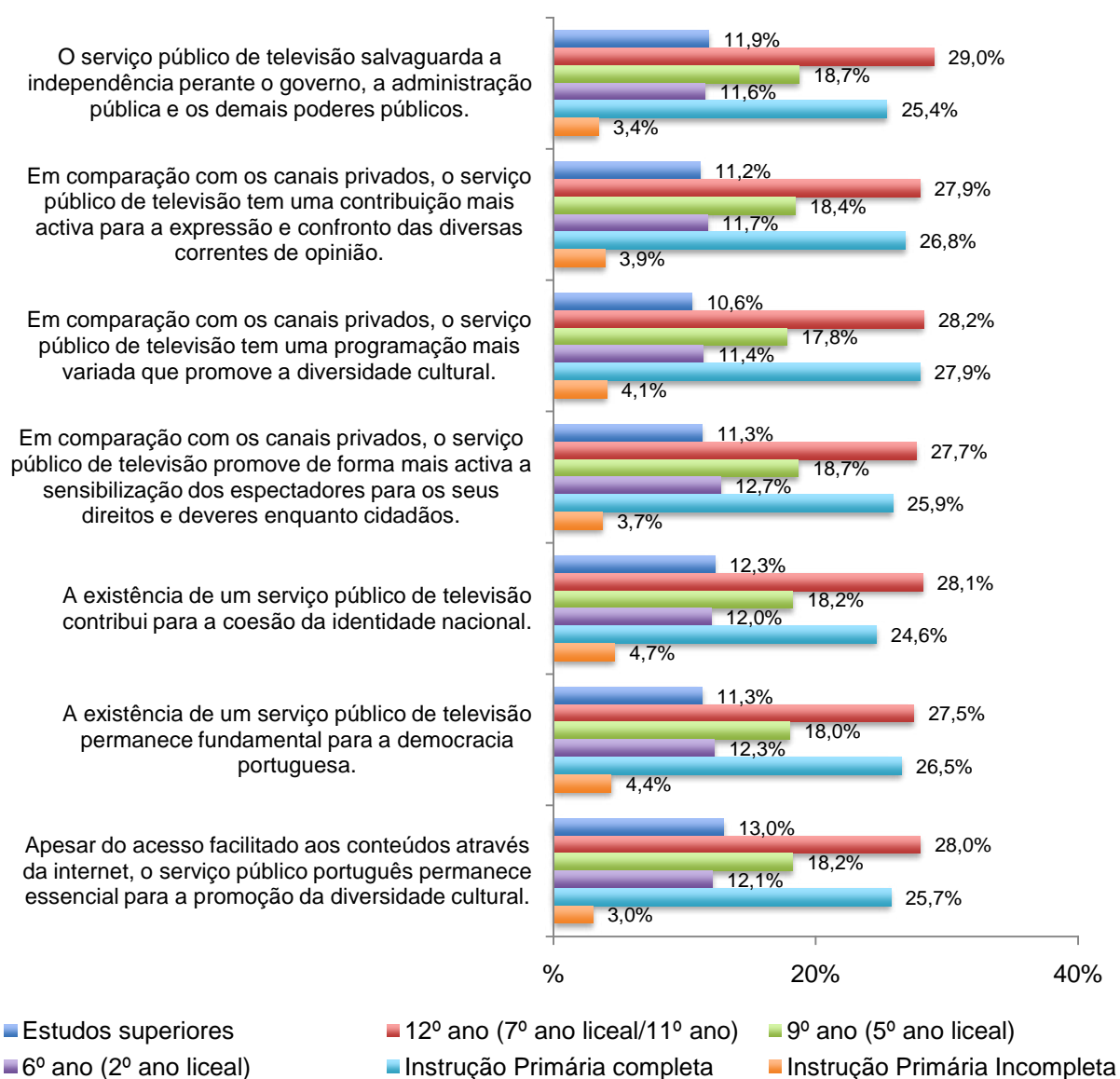
Figura 25: Percepções sobre serviço público de televisão e democracia em Portugal (2010) entre os não que concordam com as afirmações, por escalão etário



n=1255

Analisando a concordância com as afirmações respeitantes à dinâmica entre serviço público e democracia em relação ao grau de escolaridade dos inquiridos, há algumas linhas de análise a sublinhar.

Figura 26: Percepções sobre serviço público de televisão e democracia em Portugal (2010) entre os que concordam com as afirmações, por grau de escolaridade

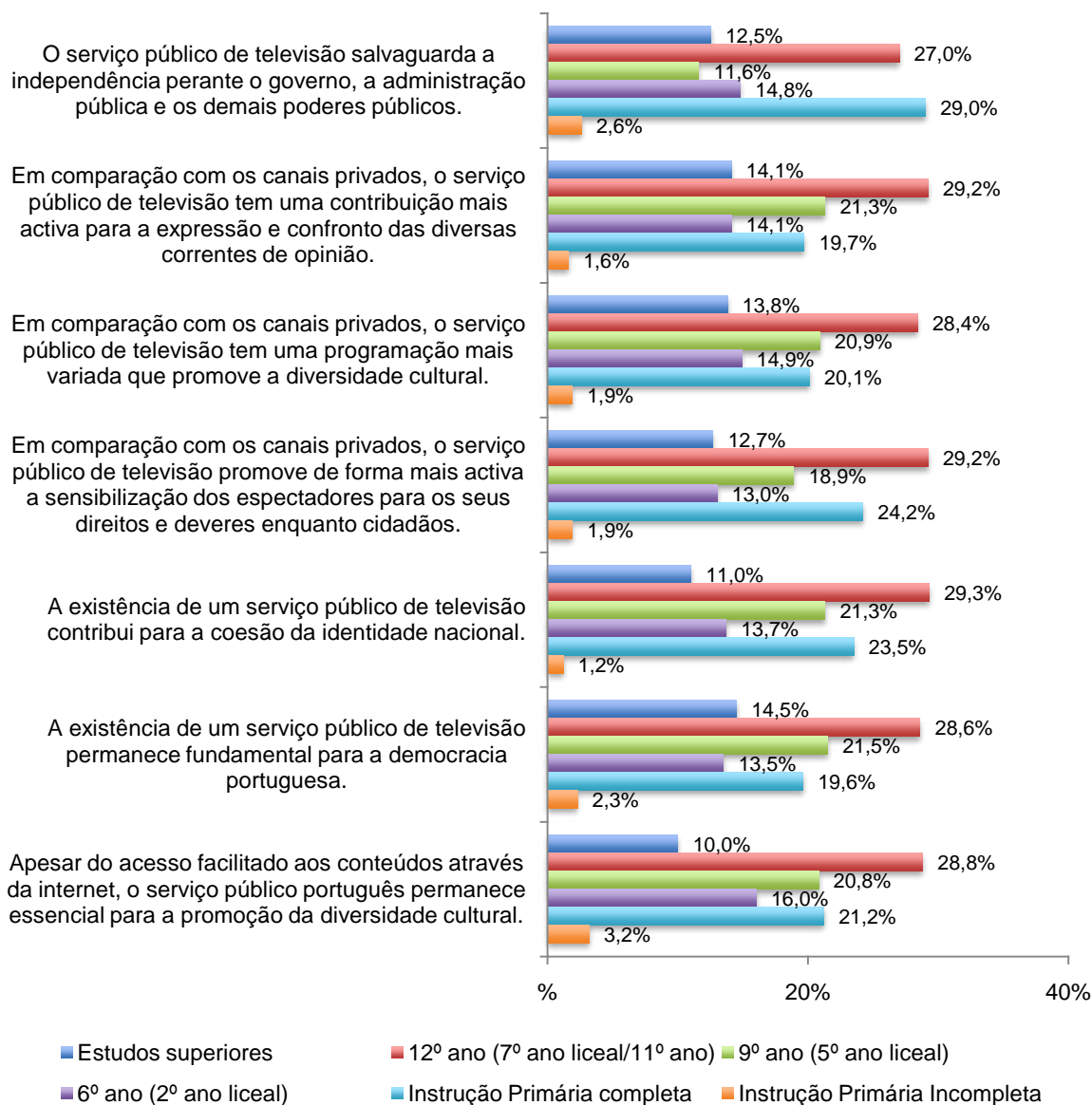


n=1255

Observando a Figura 26, verifica-se uma concentração de percentagens maioritárias entre os inquiridos que concluíram o 12º ano (7º ano liceal / 11º ano), com variações entre os 27,5 e os 29,0 pontos percentuais. Próximos desses valores estão os que correspondem aos indivíduos com Instrução Primária completa, entre os 24,6% e os 26,8%. Curiosamente, os inquiridos com escolaridade mais alta

(Estudos Superiores) e mais baixa (Instrução Primária incompleta) constituem os grupos com menor contribuição para a percentagem total de indivíduos que concorda com as afirmações apresentadas, com valores entre os 10,6% e os 13,0% e entre os 3,0% e os 4,7%, respectivamente.

Figura 27: Percepções sobre serviço público de televisão e democracia em Portugal (2010) entre os que não concordam com as afirmações, por grau de escolaridade



n=1255

Entre os que não concordam com as afirmações (Figura 27) verifica-se uma tendência semelhante, para a concentração de percentagens mais elevadas nos inquiridos com 12º ano (7º ano liceal / 11º ano) com variações entre os 27,0% e os 29,3% entre todas as afirmações. À semelhança do que se verificou anteriormente, nas afirmações relativas à relação do serviço público e conteúdos, os inquiridos com

Instrução Primária incompleta são os que discordam em menor grau com as afirmações colocadas (entre os 1,2% e os 3,2%), comprovando-se a importância do serviço público, nestas duas dimensões, para os indivíduos menos escolarizados.

Sumário executivo

A discussão sobre media e serviço público é, possivelmente, uma das mais complexas argumentações contemporâneas, pela diversidade de dimensões e esferas de poder e influência que afecta, em Portugal e na Europa.

As críticas apontadas, em Portugal, ao serviço público de televisão nos últimos anos têm um denominador comum, que é a discussão do que é e deve ser o serviço público em termos conceptuais. Para além da discussão está a própria prática, em que na gestão dos canais de serviço público se depreende a permanente experimentação sobre como gerir o equilíbrio entre imposições audiométricas do mercado e do dever do serviço público, em termos de universalidade, diversidade, independência e diferenciação.

Este relatório procura dar conta dessas dimensões de discussão, no quadro de uma medição das percepções dos inquiridos do inquérito Sociedade em Rede 2010. O reconhecimento de duas dimensões, uma concreta (conteúdos) e outra abstracta (construção social simbólica do conceito), está patente na própria estrutura desta análise. O trabalho aqui publicado iniciou-se com a avaliação das orientações teóricas programáticas do serviço público, em termos de prioridades e preferências, partindo depois para construções perceptivas simbólicas sobre os conteúdos e diferenciação face aos canais privados, para terminar com a análise de indicadores relativos a valores associados à fundação do serviço público, como a diversidade, a cidadania e a democracia.

Uma das principais conclusões subjacente a esta análise é, precisamente, a relação dos inquiridos com as diferentes questões/afirmações colocadas. É mais fácil responder a questões concretas, orientadas, sobre o serviço público na sua relação com conteúdos, por exemplo, que concretizar um plano de construção simbólico do conceito, na concordância com as afirmações sobre serviço público e democracia. Esta pode, alias, ser uma das justificações para a regularidade na concordância com as afirmações sobre conteúdos e democracia mas, ainda que assim o seja, não será suficiente para refutar que há, entre os portugueses, uma forte associação e identificação positivas face à ideia de um serviço público de televisão em Portugal.

A orientação das respostas evidencia que existe, ainda, no serviço público de televisão, pelo menos em termos de percepções, um respeito pelos quatro princípios

fundamentais do conceito, deve ser universal, diferenciando-se, mas respeitando a diversidade e a independência das fontes.

É possível, a partir das informações obtidas no âmbito do inquérito Sociedade em Rede 2010, determinar com alguma exactidão aquilo que, tendo em conta a componente de amostragem representativa, os portugueses identificam como serviço público de televisão. Mais, tendo em conta as referidas dimensões, concreta e abstracta, em termos de perspectivas dos inquiridos, é possível identificar aquilo que os indivíduos apontam como constituição genética do que é (ou deve ser) o serviço público, em termos de dinâmicas programáticas e dos valores e determinações axiológicas deste modelo de gestão de media.

O que deve ser para os portugueses, em termos de prioridade associada aos conteúdos emitidos, a ocupação do espaço televisivo e a grelha de conteúdos de um serviço público de televisão? A partir dos dados das respostas tentámos construir uma grelha ideal de tipos de programação respeitando a ordenação de grandeza dada pelos respondentes ao inquérito.

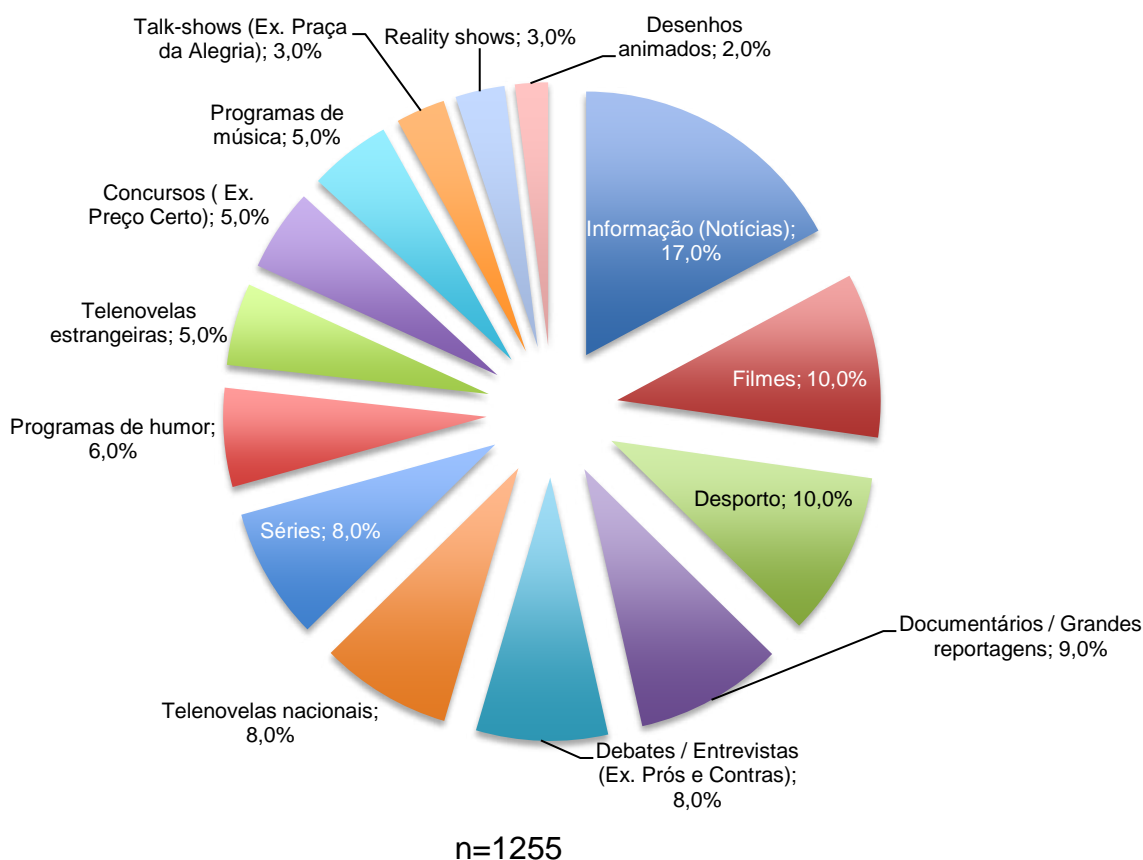
1. O conteúdo mais prioritário é, com elevada margem face aos restantes tipos de conteúdo, a informação veiculada através do formato notícias, com uma ocupação percentual de 17,0%¹¹ (Cf. Figura 28).
2. Seguidamente, é apontado o cinema (Filmes) e o desporto como conteúdos prioritários para um serviço público de qualidade, ambos com um peso de 10 pontos percentuais na relação, para a qual a categoria Documentários / Grandes reportagens tem também um peso relevante (9.0%).
3. Entre os tipos de conteúdos que os portugueses mais apontam como prioritários é de sublinhar, também, com igual peso percentual (8.0%) o peso dos Debates / Grandes entrevistas, da ficção de produção nacional (Telenovelas nacionais) e das séries.

É clara a associação do espaço público de televisão a um misto de conteúdos que deve respeitar um equilíbrio entre a informação e o entretenimento de qualidade, generalizados e disponíveis a todos, respeitando as configurações audiométricas da

¹¹ Nota: a relação percentual utilizada para a construção do gráfico representado na Figura 1 resultou da divisão da percentagem associada a cada tipo de conteúdo pelo somatório de todas as percentagens, na óptica da prioridade, representada na Figura 4 deste relatório ($\Sigma=428.8$)

sociedade portuguesa mas colocando-as em segundo plano face ao estatuto de utilidade pública do modelo.

Figura 28: Síntese dos conteúdos prioritários para um serviço público de televisão segundo os portugueses (2010)



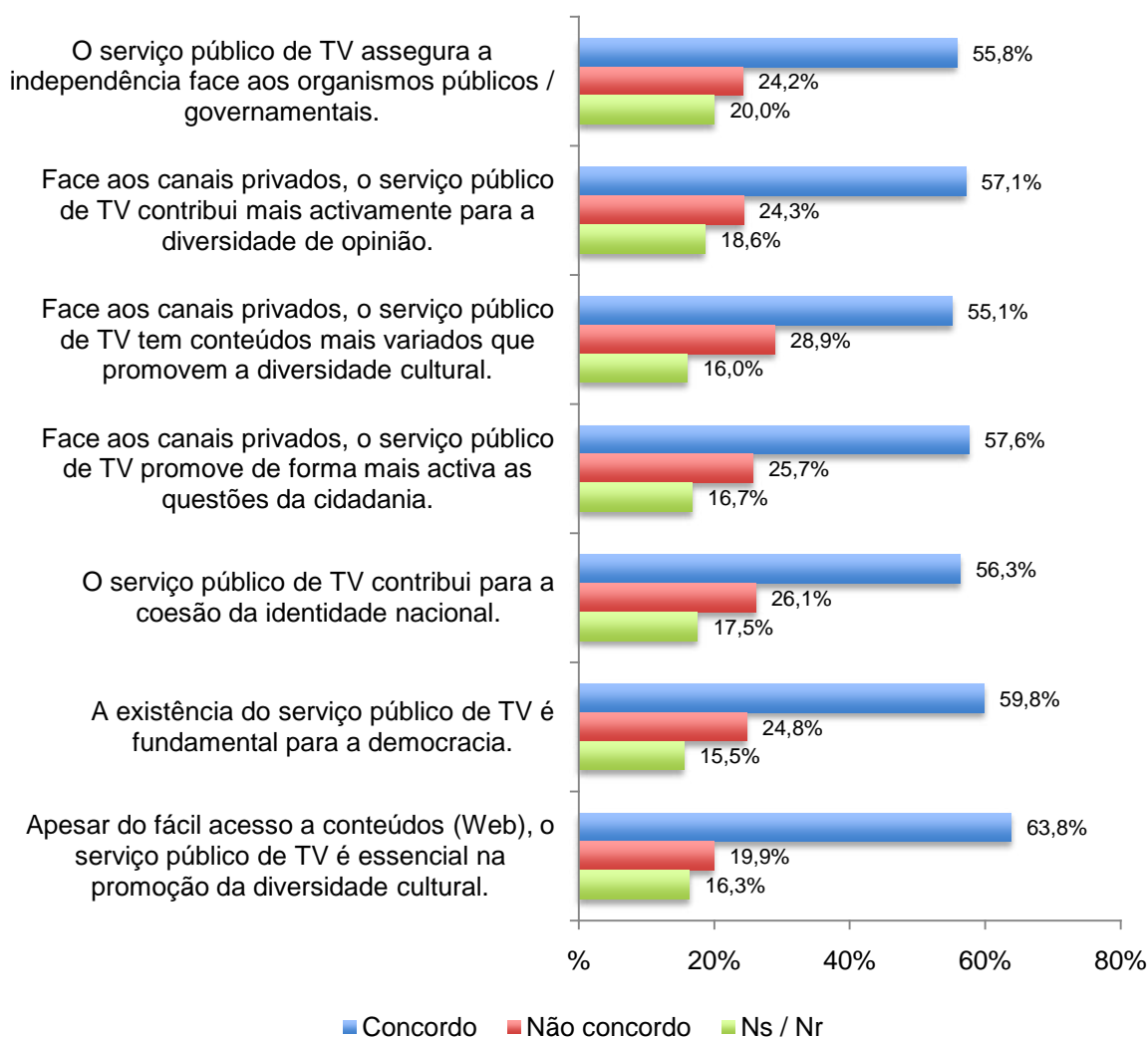
Saliente-se que a percepção dos inquiridos sobre o papel do serviço público quanto à qualidade da informação veiculada é francamente positiva, resultando isto em perspectivas que conjugam tanto aquilo que as pessoas consideram prioritário como aquilo que elas preferem entre os conteúdos disponíveis no espaço televisivo público português.

Conjugando estas linhas conclusivas com a forte associação positiva que os portugueses fazem do serviço público ao enriquecimento de valores como a democracia, diversidade cultural e de opiniões, bem como à própria promoção da língua portuguesa em televisão, a análise na lógica da prioridade permite-nos partir para uma outra conclusão, os portugueses, para além de se identificarem com a existência de um serviço público televisivo, possuem também uma atitude

relativamente crítica sobre como deve ou não ser conduzido, em termos de conteúdos.

A concretização dessa postura crítica, por parte dos indivíduos, acaba, em última análise, por ser a confirmação das suas próprias percepções sobre valores menos concretos, como a democracia e a identidade nacional (Cf. Figura 29).

Figura 29: Percepções sobre serviço público de televisão e democracia em Portugal (2010)



n=1255

O serviço público é reconhecido como uma identidade autónoma. Como foi afirmado, o conceito de serviço público tem um peso simbólico muito importante na identificação social do que é prioritário e do que são as preferências individuais de cada pessoa, ou seja, se no primeiro quadro de ideias há uma sujeição do gosto individual a uma identidade conceptual maior, num segundo nível de percepções as pessoas entendem que a chave para a qualidade deste serviço é **a sujeição das**

suas preferências individuais face à necessidade de responder às necessidades colectivas.

A legitimação do serviço público enquanto necessário e como agente institucional relevante faz-se pela sua diferenciação face aos restantes actores presentes no espaço televisivo. Mas, quer tenhamos em conta os dados audiométricos ou as indicações sócio-métricas, a conclusão fundamental é que, qualquer que seja a abordagem, a atenção deve estar focada no indivíduo, enquanto espectador e cidadão. É esse o contributo para a discussão em curso que nestas páginas se procura explorar.








Metodologia

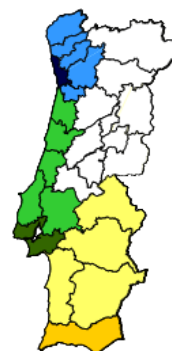
UNIVERSO:

Constituído pelos indivíduos com 15 e mais anos de idade, residentes em Portugal Continental.

AMOSTRA:

Constituída por 1.258 entrevistas, com a seguinte distribuição, proporcional, por região GfK Metris:

RegiãoGfK Metris	Entrevistas	Legenda
Norte Litoral	251	
Grande Porto	168	
Interior	176	
Centro Litoral	209	
Grande Lisboa	344	
Alentejo	59	
Algarve	48	
Total	1.255	



Os respondentes foram seleccionados através do método de quotas, com base numa matriz que cruzou as variáveis Sexo, Idade, Instrução, Ocupação, Região e Habitat/Dimensão dos agregados populacionais.

RECOLHA DA INFORMAÇÃO

A informação foi recolhida através de entrevista directa e pessoal, em total privacidade, com base em questionário elaborado pela Obercom.

Os trabalhos de campo decorreram entre os dias 14 e 25 de Maio de 2010, e foram realizados por 70 entrevistadores, recrutados e treinados pela GfK, que receberam uma formação adequada às especificidades deste estudo.

A recolha incidiu nos dias úteis entre as 18H e as 22H e nos fins-de-semana durante todo o dia.

CONTROLO DE QUALIDADE

1. Em relação ao desenho do questionário, é verificado o correcto ajustamento entre os objectivos do projecto e o questionário, bem como identificadas as perguntas que respondem a cada um dos objectivos. É igualmente feita uma revisão da consistência entre as perguntas e as categorias de resposta, da sequência lógica das respostas e dos filtros.
2. Os entrevistadores têm uma formação prévia. A incorporação de novos entrevistadores não supera, em nenhum caso, mais de 25% do total das entrevistas.
3. Em cada região, as entrevistas são distribuídas por diversos entrevistadores, de forma a evitar que uma % significativa das entrevistas seja feita somente por um ou dois entrevistadores.
4. Após darem entrada no Departamento de Campo, os questionários são imediatamente revistos, sendo detectados eventuais erros de preenchimento ou ausência de informação. Caso a caso, é feita uma avaliação dos procedimentos a adoptar, que podem ir de um novo contacto com o inquirido

(obtenção da informação em falta) à simples anulação da entrevista (por exemplo se se verificar uma taxa de não resposta anormal em relação ao total das perguntas).

5. Os questionários aprovados pelo Departamento de campo são gravados em suporte informático, sendo elaborado um relatório por entrevistador com toda a informação relevante (como por exemplo, % de não resposta, cumprimento dos saltos, preenchimento de perguntas abertas, etc.), realizando-se, desta forma, o primeiro teste em relação à consistência e articulação da informação obtida. Os questionários com informação incorrecta são devolvidos ao Departamento de campo.

6. É realizada uma supervisão de cerca de 20% do trabalho de cada entrevistador através de um novo contacto directo ou telefónico com o entrevistado. Para esse efeito, utiliza-se um questionário de supervisão cuja concepção visa verificar se foram respeitadas as indicações apresentadas em relação a: local de entrevista, método de selecção do entrevistado, condições de realização da entrevista, questionário, apresentação de listas (quando existirem) e tempo de duração da entrevista.

7. Na gravação informática dos questionários, caso existam perguntas abertas, com base em cerca de 50% de transcrição destas, são elaborados os planos de codificação respectivos (para cada pergunta deste tipo), para que estas sejam codificadas de acordo com o mesmo.

8. Já com base no ficheiro global do estudo, é feita uma validação do ficheiro informático, testando-se a consistência dos dados recolhidos a dois níveis: validação dos códigos das respostas, pergunta a pergunta, e uma validação da articulação entre as perguntas (saltos e filtros), respeitando-se a estrutura do questionário utilizado. Em caso algum são feitas correcções automáticas da informação. A partir deste momento, o ficheiro informático encontra-se apto a ser tabulado e tratado com base em software concebido para o efeito.

Ficha técnica

Título	O serviço público de Televisão em Portugal - Sociedade em Rede Portugal 2010
Investigação	Miguel Paisana
Coordenação Científica	Gustavo Cardoso
Questionário "A Sociedade em Rede em Portugal 2010"	OberCom - Observatório da Comunicação



OberCom - Observatório da Comunicação
Palácio Foz - Praça dos Restauradores
1250-187 Lisboa
PORTUGAL
e-mail: obercom@obercom.pt
tel.: +351 213221319
fax: +351 213221320
<http://www.obercom.pt/>



Este trabalho está licenciado para Creative Commons
Attribution-NonCommercial 2.5 License.